



**RATIO – FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA
CURSO DE PSICOLOGIA**

LINDEMBERG FERREIRA BRITO

**PRÁTICAS EDUCATIVAS NA PREVENÇÃO DE DROGAS NA
ESCOLA: CAMINHOS A PERCORRER ENTRE ESTUDANTES
ADOLESCENTES**

Fortaleza – Ce. 2019



PRÁTICAS EDUCATIVAS NA PREVENÇÃO DE DROGAS NA ESCOLA: CAMINHOS A PERCORRER ENTRE ESTUDANTES ADOLESCENTES

Monografia submetida à aprovação do Curso de PSICOLOGIA, pela Ratio - Faculdade Teológica e Filosófica, como requisito parcial para obtenção do título de BACHAREL EM PSICOLOGIA.

Orientador(A): Prof^a.Esp. Julia Evangelista Mota Shioga

Fortaleza – Ce.

2019

LINDEMBERG FERREIRA BRITO

**PRÁTICAS EDUCATIVAS NA PREVENÇÃO DE DROGAS NA
ESCOLA: CAMINHOS A PERCORRER ENTRE ESTUDANTES
ADOLESCENTES**

Monografia submetida à aprovação do
Curso de PSICOLOGIA, pela Ratio -
Faculdade Teológica e Filosófica, como
requisito parcial para obtenção do título de
BACHAREL EM PSICOLOGIA.

Orientador(A): Prof^a Esp. Julia Evangelista
Mota Shioga

Data da aprovação _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Esp. Julia Evangelista Mota Shioga
(Orientadora)

Prof^a Dr^a Lucili Grangeiro Cortez
(convidada)

Prof^a Dr^a Virzângela Paula Sandy Mendes
(convidada)

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo a Deus, que, nos momentos difíceis da minha existência, ajuda-me a superar as dificuldades da vida, fazendo-me acreditar que vale a pena viver, sonhar e ter esperança, fazendo com isto que eu passe amor para o meu próximo;

A minha adorável esposa Maria da Conceição F. Brito, que tanto amo;

As minhas amadas filhas Millenna Anemberg, Micaelle suanembergh, e meu filho Lindemberg Junior, que estão sempre presentes na minha vida em todos os momentos. Obrigado por compreender minhas atitudes impensadas, e pelo aconchego da nossa vivência, inclusive no dia a dia de estresse;

Aos meus amigos, com quem tenho muito a aprender as coisas boas da vida;

Aos meus cunhados, por quem tenho admiração pela força e exemplo de cada um;

Aos meus amados sobrinhos que, mesmo distantes, dedico-lhes grande afeição;

Aos companheiros de trabalho, com quem troco diariamente um novo conhecimento;

Aos meus irmãos Antonildo F. Brito e Janaina Brito, que com certeza, não têm ideia do amor que tenho a eles, mesmo que seja à minha maneira;

A minha querida e amada mãe Francisca Ferreira de Brito, a quem devo a vida;

Ao meu querido e amado Pai Antonio Galdino de Brito (in memoriam), que me ensinou a ser um homem-cidadão; agradeço a ele pelo que sou, e de quem tenho tanta saudade, que jamais cessará;

À professora Fatima Lucia; e a coordenadora do curso Roberta.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente contribuíram para elaboração deste trabalho.

Meu Muito obrigado!

DEDICATÓRIA

A minha Família!

RESUMO

BRITO Lindemberg Ferreira. “**Práticas Educativas na Prevenção de Drogas na Escola: Caminhos a Percorrer entre estudantes adolescentes**”.

Esta monografia trata de um estudo sobre a problemática do uso de drogas por estudantes adolescentes de uma escola pública. Sabe-se que o uso de drogas interfere no objetivo principal da escola, qual seja, processo de formação e aprendizagem do aluno. Proponho-me neste estudo a descrever as práticas educativas utilizadas em uma escola pública do Município de Fortaleza na prevenção de drogas para estudantes adolescentes. Prevenção consiste também em “chegar antes”. Porém, o fato unicamente de afastar as substâncias ou dificultar o contato das pessoas com a droga pode não ser o suficiente. A questão é mais profunda: envolve lidar com valores de cidadania, éticos, enfim envolve a educação das pessoas. Portanto, a prevenção ao uso indevido de drogas deve lançar mão de todos os meios disponíveis e possíveis para conseguir resultados concretos. Significa dizer que é preciso associar diferentes áreas do conhecimento científico e diferentes segmentos da organização social. A importância do envolvimento do sistema familiar nas práticas preventivas ao uso de drogas tem sido destacada desde a década de 1960. A família deve ser orientada, motivada e informada para participar desse continuum de prevenção nos vários locais: comunidade, escola, centros de saúde. A escola é a instituição por excelência, em que a prevenção pode e deve ser trabalhada. A pesquisa se insere numa pesquisa qualitativa, cujo método utilizado foi o Estudo de Caso. Como técnica de coleta de dados se utilizou a entrevista semiestruturada, aplicada no universo dos atores envolvidos: professores e gestores e mães. Para análise de dados utilizou-se a análise de conteúdos. A pesquisa apontou que, para a prevenção ser compreendida como tarefa educativa, é necessário que esteja incluída como área de preocupação dos processos de formação inicial e continuada dos professores e, portanto, tenha sido discutida amplamente no âmbito dos formadores.

Palavras-chave: Adolescente. Escola. Prevenção de drogas.

ABSTRACT

BRITO Lindemberg Ferreira. "**Educational Practices in Drug Prevention in Schools: Ways to Browse among adolescent students**".

This monography is a study on the problem of drug use among adolescent students of a public school. Sable is that drug use interferes with the main objective of the school, namely, training and learning process of this I propose to student study to describe the educational practices used in a public school in the city of Fortaleza in drug prevention for adolescent students. Prevention is also to "get ahead". But the fact alone of removing substances, or hinder the contact of people with the drug may not be enough. The issue is deeper, involves dealing with citizenship, ethical, finally involves educating people. Therefore, the prevention of drug abuse should make use of all available and possible means to achieve concrete results. This means that you need to associate different areas of scientific knowledge and different segments of social organization. The importance of the involvement of the family system in practices to prevent drug use has been highlighted since the 1960s. The family should be guided, motivated and informed to participate in this continuum of prevention in several locations: community, school, health centers. The school is the institution par excellence where prevention can and should be worked. The research is part of a qualitative research method used in this study was the case study. It was used as a technique and data collection, semi-structured interviews applied to a universe of stakeholders, teachers and administrators and mothers. For data analysis we used the content analysis. The survey showed that the prevention be understood as educational task, it must be included as an area of concern for initial formation and continuing teacher and therefore has been widely discussed within the trainers.

Keywords: Teen. School. Drug prevention.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AESPD – Assessoria Especial de Políticas sobre Drogas
AVC – Acidente Vascular Cerebral
CEBRID – Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas
CONAD – Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRD – Centro de Referência Sobre Drogas
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
GABA – Gamma-AminoButyric Acid
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MDMA – Mtilenodioximetanfetamina
MEC – Ministério de Educação e Cultura
OMS – Organização Mundial da Saúde
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
PNAD – Política Nacional Sobre Drogas
SEB – Secretaria de Educação Básica
SEDUC – Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Estado do Ceará
SENAD – Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão
SESA – Secretaria de saúde do Estado do Ceará
SISNAD – Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
SNC – Sistema Nervoso Central
SPD – Secretaria Especial de Polícia sobre Drogas
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mudança no corpo feminino.....	36
Figura 2: Mudança no corpo masculino.....	37
Figura 3: Atuação do cérebro	48
Figura 4: Atuação do cérebro.....	48
Figura 5: A localização do estado do Ceará no Brasil.....	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Escolas Básicas do Estado do Ceará.....	60
Tabela 2: Resumo das vagas que fazem parte do sistema Acolhe Ceará. Distribuição de Vagas nas Comunidades Terapêuticas – Ceará – 2015.....	72

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I: Carta-Convite aos participantes da pesquisa

ANEXO II: Termo de consentimento livre e esclarecido

ANEXO III: Entrevistas

ANEXO IV: Declaração

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT.....	7
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO II: CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO	19
2.1 AS DIFERENTES OLHARES DE EDUCAÇÃO	20
2.1.1 A educação informal	20
2.1.2 A educação não formal	21
2.1.3 A educação formal.....	22
2.1.4 A educação social.....	23
2.2 A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA.....	25
2.2.1 A família e a escola: Uma parceria necessária	27
2.3 A ADOLESCÊNCIA À PROCURA DE SEU EU	29
2.3.1 Adolescência na visão da psicologia.....	31
2.3.2 As mudanças corporais na adolescência	34
2.3.3 Mudanças no corpo feminino	34
2.3.4 Mudanças no corpo masculino	35
2.4 AS DROGAS: CONCEITUAÇÃO.....	37
2.4.1 O uso de drogas como costume de um povo.....	39
2.4.2 Classificação das drogas	40
2.4.3 Drogas depressoras da atividade mental	41
2.4.4 Drogas estimulantes da atividade mental	42
2.4.5 Drogas perturbadoras da atividade mental	43
2.4.6 Outras Drogas	45
2.5 A droga e o adolescente	48
2.6 A ESCOLA E A PREVENÇÃO.....	49
2.6.1 A legislação	50
2.6.2 Níveis de prevenção	55
2.7 O ESTADO DO CEARÁ.....	57
2.8 AS POLITICAS DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS NO ESTADO DO CEARÁ	59
2.8.1 Centro de Referência sobre Drogas – CRD – Ceará	71
xii	
CAPÍTULO III: METODOLOGIA	74
3.1 A TIPOLOGIA DA PESQUISA NESTE ESTUDO	74

3.2 O MÉTODO	75
3.3 OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	76
3.4 A COLETA DE DADOS	76
CAPITULO IV: AS ANÁLISES DOS DADOS	78
4.1 ESTRATÉGIA DE ANÁLISE DOS DADOS.....	78
4.2 AS ENTREVISTAS.....	78
4.2.1 A fala dos professores	78
4.2.2 As respostas das gestoras.....	84
4.2.3 A fala das mães.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
BIBLIOGRAFIA.....	94
ANEXOS	99

INTRODUÇÃO

O uso de drogas psicotrópicas é encontrado em diferentes civilizações e, desde a história antiga, não há relatos de consumo em contextos religiosos, rituais, festas ou celebrações. Pode-se dizer que drogas e cultura sempre andaram juntas. O que muda, ao longo dos diversos momentos históricos, são as questões conceituais entre, por exemplo, o que é lícito e o que ilícito, quais drogas serão toleráveis socialmente e quais não.

A problemática das drogas no mundo mostra um quadro alarmante, não apenas pelos aspectos de saúde, como também pelos aspectos legais, principalmente de segurança pública, sobretudo quando é relacionado a drogas e violência. Há variáveis formas de proceder no combate a esta questão envolvendo as drogas. As principais ações são a prevenção e a repressão ao uso e circulação das substâncias entorpecentes. A legalidade¹ ou ilegalidade das diferentes drogas varia de acordo com a época e os costumes de cada país. Drogas como a cocaína e a heroína já foram aceitas como medicamentos ou como hábitos sociais admitidos e, inclusive, comuns em muitas sociedades.

O álcool, consumido por uma grande parcela da população mundial já foi ilegal e hoje faz parte da cultura da quase todos os países como integrante de rituais, cerimônias, festas, ou simples lazer. O uso álcool e outras drogas representam uma das principais causas de situações de vulnerabilidade a que adolescentes estão expostos

Como profissional de educação e também policial militar tenho presenciado diariamente cenas chocantes sempre relacionadas ao uso de drogas psicoativas², em especial entre adolescentes, tanto na rua como na escola. Esse quadro cotidiano me levou a pesquisar sobre o tema e também tomar consciência de que é um longo caminho a percorrer no que se refere ao fortalecimento dos fatores de proteção, e a questionar que práticas são mais eficazes para o enfrentamento de tal problema.

Assim diante do crescente poder de atração das drogas, que ilude e engana nossas crianças e jovens, as organizações governamentais e não governamentais têm se empenhado de várias formas com investimentos altíssimos, a fim de coibir as ações criminosas, que, de acordo com os indicadores, vêm de forma assustadora destruindo nossa sociedade. Portanto, sentiu-se a necessidade de não somente trabalhar com os alunos, mas também com os professores, que, através de uma ação pedagógica comprometida pode-se prevenir muitos problemas. Isto também é o papel da escola.

A ação pedagógica a qual se mencionou é uma ação que requer reflexão, muita clareza no fazer pedagógico, neste caso da prevenção às drogas. O professor em sua prática desenvolve a sensibilidade de compreender o outro, seja ele o seu aluno ou seus pares, de respeitar suas especificidades e intervir no momento certo e na hora certa como educadores e promotores de uma educação de qualidade para todos. Neste sentido, entende-se que a escola, como instituição educativa privilegiada de socialização dos indivíduos, tem sido chamada a medir tal situação

A escola, enquanto ambiente concreto da ação educativa deve ser nesse processo o ponto de partida para a prevenção. Partindo do fato de que o alvo da droga tem sido principalmente os jovens, há de se convir que a escola, como um dos principais espaços concretos na vivência dos adolescentes, vê-se frente a frente com essa nova realidade por um lado habitual, mas por outro perigoso. Neste sentido, não é possível educação sistematizada sem a escola, pois esta possui um papel significativo e único para a formação do cidadão.

Identificar os fatores envolvidos na contextualização do problema das drogas na sociedade é um fator importante para pôr em prática programas de prevenção no ambiente da escola, que pretendem recuperar a capacidade interna pessoal dos alunos em produzir estados de novos níveis de desejo e expansão que contribuam para o desenvolvimento pessoal, trabalhando ao mesmo tempo contra a falta de consciência dos problemas de ordem social.

É na fase da adolescência que os jovens começam a desenvolver um pensamento mais elaborado, questionando-se sobre si próprio e sobre o que os rodeia, conseguindo diferenciar as suas ideias e opiniões das ideias e opiniões dos outros.

Nesta fase, a escola e a identificação com o grupo de pares ganham força, aumentando os conflitos com os pais e, conseqüentemente, as negociações familiares. Tendo em vista que a adolescência é definida por vários autores, como o período da vida que sucede a infância, começa com a puberdade e se caracteriza por uma série de mudanças corporais e psicológicas; um período de desenvolvimento, de evolução e de intensas transformações na vida do indivíduo, período este de conquista de sua identidade, cujos processos se dão de forma diferenciada de acordo com a história de vida de cada adolescente e do grupo socioeconômico em que está inserido.

Assim, quanto mais se compreende o mundo dos adolescentes mais próximos se estará de sua rede de significações, para entender os sentidos de suas experiências.

Essa perspectiva reitera o motivo desta dissertação, voltada para a resolução do seguinte problema: *Que práticas educativas podem ser utilizadas em uma³ escola pública do Município de Fortaleza na prevenção do uso de drogas por estudantes adolescentes?*

A adolescência é, efetivamente, uma etapa da vida com características muito próprias, não se podendo exigir de um adolescente o mesmo que se exige de uma criança ou adulto.

Pelos critérios da OMS, a adolescência está compreendida na faixa etária de 10 a 19 anos e, segundo o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8069/1990), considera-se adolescente o indivíduo entre 12 e 18 anos de idade. Essa é uma fase muito particular do desenvolvimento humano, onde o jovem já não é criança, mas também ainda não é adulto, pressupondo assim de tarefas de desenvolvimento específicas.

É comum a inquietação dos adolescentes, mas é necessário de estabelecer limites claros. Neste sentido é indispensável a que a escola crie oportunidades para que os alunos participem de atividades artísticas e esportivas, e palestras concernentes à prevenção de drogas. No entanto, é necessário saber a maneira mais viável para trabalhar a prevenção de drogas com os adolescentes, que se aproxime da realidade e da linguagem deles, criando estratégia para atingi-los, permitindo compreender o significado que atribuem ao objeto droga.

O desenvolvimento de ações preventivas que inclui tanto as drogas lícitas quanto as ilícitas deve estar voltado para o bem-estar físico, psíquico e social do indivíduo. Considera-se que o problema é amplo e não se restringe a uma causa ou motivação, revelando a existência de fatores de risco e fatores de proteção ao uso indevido de drogas.

Por meio de um aprofundamento teórico sobre o tema, todas as inquietações foram sintetizadas a partir dos seguintes questionamentos, que se identificam como as questões norteadoras do estudo:

- Como a escola pode fazer a prevenção ao uso de drogas para estudantes adolescentes?
- De que forma a escola pode envolver a comunidade escolar num projeto de prevenção de drogas?
- Qual a responsabilidade da escola frente à prevenção?

O objetivo geral deste estudo é: Descrever as práticas educativas utilizadas em uma escola pública do Município de Fortaleza na prevenção do uso de drogas por estudantes adolescentes.

Os objetivos específicos desenvolvidos neste estudo serão respectivamente:

- Evidenciar as ações de uma escola pública do Município de Fortaleza no que se refere à prevenção do uso de drogas por estudantes adolescentes;
- Identificar as dificuldades encontradas para prevenção;
- Apontar a contribuição da comunidade escolar da escola pesquisada, no que se refere às ações de prevenção do uso de drogas por estudantes adolescentes.

Para tanto, esta dissertação se organiza em quatro capítulos. No capítulo primeiro apresenta-se a introdução, onde se faz uma breve apresentação da temática, contextualizando o problema da pesquisa, as questões norteadoras desta investigação, bem como os objetivos geral e específicos.

O segundo capítulo, intitulado Considerações sobre Educação, tem em vista que a educação é uma dimensão essencial na sociedade contemporânea e pode ser entendida como um processo histórico de relações humanas, situada em espaços sociais através de práticas educativas.

Neste capítulo discutiu-se a adolescência e suas mudanças tanto biológicas como psicológicas. Aborda-se também a questão das drogas na sociedade contemporânea, bem como os mecanismos de prevenção primária.

O capítulo três corresponde à Metodologia utilizada para a realização do estudo: tipo de pesquisa, instrumento de pesquisa e coleta dos dados.

O quarto capítulo corresponde à prática do trabalho, que é a análise dos dados coletados.

Nas considerações Finais apresentam-se as conclusões geradas pela pesquisa, e, a seguir, a Bibliografia utilizada para apoiar esta investigação.

Por último se apresentam os anexos:

ANEXO I: Carta-Convite aos participantes da pesquisa;

ANEXO II: Termo de consentimento livre e esclarecido;

ANEXO III: Entrevistas;

ANEXO IV: Declaração.

CAPÍTULO II: CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO

A educação é uma dimensão essencial na sociedade contemporânea e pode ser entendida como um processo histórico de relações humanas, situada em espaços sociais através de práticas educativas. É importante ressaltar o conceito de ciência enquanto produção social do conhecimento. Esta produção social é compreendida, no âmbito da formação humana, como um conhecimento construído na e da práxis que incorpora as experiências vividas, compromissos éticos e representações construídas nas interações, pelos significados compartilhados que permitem as pessoas agirem coletivamente.

A educação de cada época é formada a partir de uma série de fatores enfatizando como fundamentais os ideais sociopolíticos e o interesse do ser humano pelo conhecimento. No entanto, compete aos indivíduos, administrar as transformações com o objetivo de desenhar tanto na educação quanto na sociedade um caminho de desenvolvimento ou não. (LUZURIAGA, 2001, p.78)

A educação realizada de uma maneira universal e articulada permite que os educandos desenvolvam com qualidade suas habilidades. O universo das diferentes formas de organizar estruturalmente o fenômeno educacional é amplamente explorado pelos especialistas da educação, gerando compreensões que variam de acordo com os embasamentos ou os contextos que os cercam.

Analisando o contexto histórico atual, percebe-se que, desde a época em que o indivíduo não tinha a necessidade de compreender a razão, a educação foi marcada por transformações compreendidas entre a cultura de uma comunidade, envolvendo seus costumes e o estabelecimento de padrões a fim de manter a ordem social, as relações interpessoais originadas pelas necessidades de sobrevivência entre povos, seu modo de produzir, enfim, tudo aquilo que caracterizaria e que caracteriza a educação como um todo (MOURA, 2014).

Para Durkheim (1967, p.65), “a educação transmite valores morais que integram a sociedade”. Nesta ótica, a mudança educacional é não só um

importante reflexo das mudanças sociais e culturais, mas também um agente ativo de mudanças da sociedade envolvente.

Desde o surgimento da educação formal, sobre a égide dos ideais burgueses da cidadania é que existe a integração entre escola e sociedade, pois, devido à necessidade de se socializar para sobreviver, o homem precisa ser educado.

Neste sentido, a intencionalidade pontua concretamente a modalidade formal, não formal e informal, as quais são demandadas pela própria construção sócio histórica da sociedade.

2.1 AS DIFERENTES OLHARES DE EDUCAÇÃO

2.1.1 A educação informal

Moura (2014) conceitua a educação informal como aquela em que as pessoas obtêm e acrescentam conhecimentos por meio de experiências diariamente vivenciadas em casa, no trabalho e até mesmo no lazer.

Desta forma, a educação informal é toda a gama de aprendizagens que se realiza (tanto no papel de ensinantes como de aprendizes) e que acontece sem que haja um planejamento específico e, muitas vezes, sem que se perceba, acontece sem necessitar um planejamento específico e ao longo da vida.

Trilla afirma que a educação informal diz respeito:

A algumas experiências educacionalmente não intencionais, mas não menos poderosas. Os resultados são tão comuns e são produzidos tão completamente sem consciência ou intenção que são comumente pensados como sendo “naturais” ou “inerentes”. O fato é que são aprendidos. (TRILLA, 2008, p. 01)

Gadotti (2005) considera que a educação informal acontece ao longo da vida, porém, se esta não abrange um ensino formalizado, a mesma pode ser examinada e cada vez mais incrementada através de conversas, explicações, interpretações, instruções, disciplina. Estes processos podem acontecer no contexto de vivência individual e social do dia a dia.

É importante destacar que fazem parte da educação informal a percepção gestual, moral, comportamentos que são provenientes de meios familiares, de amizade, de trabalho, de socialização, dentre outros. De acordo com Gadotti (2005, Apud Moura, 2014), a educação informal ocorre nos espaços de possibilidades educativas no decurso da vida dos indivíduos. Como exemplo, a família, os valores, os costumes, as ideias, a religião, a organização social, as leis, o sistema de governo, os meios de comunicação são elementos determinantes da prática educativa, sendo que boa parte desta prática ocorre de modo não intencional, não sistemático, não planejado, constituindo, assim, a educação informal.

2.1.2 A educação não formal

A educação não formal na visão de Gadotti (2005, apud Moura, 2014) não precisa seguir um sistema sequencial e hierárquico de progresso. Este progresso pode ter duração variável e pode ou não, conferir certificados de aprendizagem. Sendo também atividade educacional organizada e sistematizada, mas não concretamente ligado ao sistema formal. Contudo, o Tempo da aprendizagem nesta é respeitado dependendo do nível de capacidade que o indivíduo se encontra.

A educação não formal, principal, vem sendo discutida pela sociedade, uma vez que surge como produto de uma era que acena para o envolvimento diferenciado de novas propostas de educação e de transformação social. Trilla (2008, p.89) apresenta quatro principais âmbitos de ação que acolhem a educação não formal:

- a) O âmbito da formação ligada ao trabalho: concomitante com a formação oferecida pela educação formal, programas de formação continuada, formação ocupacional, escolas-oficinas, formação para o primeiro emprego, entre outros, são iniciativas que estão sendo assumidas por outras organizações não formais;
- b) O âmbito do lazer e da cultura: primordialmente associada com a questão do tempo livre e do acesso à cultura, gerando o exercício da cidadania e a ampliação da percepção social, as propostas que vem associando o desenvolvimento da cultura corporal, a animação sociocultural e as propostas de ação

educativa em espaços públicos vêm demonstrando sinais de incentivo e crescimento.

c) O âmbito da educação social: campo em franca expansão, tem arregimentado programas e instituições destinados a pessoas ou grupos que se encontram em situação de conflito social ou mesmo que procuram catalisar a percepção da realidade social.

d) O âmbito da própria escola: iniciativas que partem da escola para a ampliação das ações educacionais, agregando propostas da educação formal com o não formal (atividades extracurriculares, projetos de educação em tempo integral, visitas a instituições culturais, etc.). (TRILLA, 2008, p.89)

Tais âmbitos denotam, claramente, a ascensão dos programas, projetos, atividades e instituições que elegem a educação não formal como meio efetivo de construção de saberes para a sociedade contemporânea. Portanto, a educação não formal abrange uma larga variedade de situações educativas, muita das quais têm desempenhado um importante papel na renovação educacional.

Importante destacar que a educação não formal não se limita aos muros da escola. Enquanto ação educativa se dá através de manifestações educacionais fora da sala de aula, como também em diferentes espaços, porém com condições de processos de ensino-aprendizagem diferentes.

2.1.3 A educação formal

Para Moura (2014), a educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação.

Na educação formal, entre outros objetivos destacam-se os relativos ao ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, normatizados por leis, dentre os quais se destacam o de formar o indivíduo como um cidadão ativo, desenvolver habilidades e competências várias, desenvolver a criatividade, percepção, motricidade etc. (GONH, 2006, p. 25)

Ainda Moura (2014) enfatiza que é nítido que a educação escolar requer sequência das atividades, tempo e espaço. Além disto, na educação escolar o

resultado esperado além da aprendizagem é a certificação de grau. Os conteúdos são estabelecidos a priori e a escola deve ter normas e regras de padrão comportamental. E, além de estabelecer as regras do espaço escolar, essas instituições são organizadas segundo diretrizes nacionais e regulamentadas por lei, constituindo assim um ambiente de educação formal. Para Gohn (2006, p. 65):

A educação formal é aquela realizada diretamente nas escolas, com conteúdos previamente estabelecidos, na qual são os professores que ministram as aulas cujos espaços utilizados são os do território das escolas. Em relação a sua finalidade destacam-se os relativos ao ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, normatizados por leis, dentre os quais se sobressai o de formar o indivíduo como um cidadão. (GOHN, 2006, p.65)

Partindo do significado do termo “formal”, que implica forma, “algo inteligível, estruturado, o modo como algo se configura” (LIBÂNEO, 2002, p.88), a educação formal constitui-se, portanto, na educação sistemática, estruturada, paramentada, planejada intencionalmente, tal qual o exemplo típico da educação escolar convencional regulamentada pelo estado.

A linha que separa a educação formal da não formal seria apenas o “baixo grau de estruturação e sistematização, implicando certamente em relações pedagógicas, mas não formalizadas” (LIBÂNEO, 2002, p.89).

Trilla (2008, p.87) oferece alguns matizes mais detalhados a respeito destas classificações modais. Para ele, “a educação formal pode depender de dois critérios, que nem sempre são compatíveis: o metodológico e o estrutural”. Ao se pensar a educação formal como a escolar, metodologicamente, pode-se considerar os elementos caracterizadores da prática escolar: constituição de uma forma coletiva e presencial de ensino e aprendizagem; a escola como espaço próprio; tempos e horários predeterminados de atuação; separação institucional do professor e do aluno; pré-seleção e ordenação dos conteúdos e contexto de aprendizagem sistematizada.

2.1.4 A educação social

Moura (2014) também destaca que a importância da educação social está intimamente ligada à educação sócio-comunitária, podendo assim ser definida,

pois atuam com conflitos, habilidades e desenvolvimento social. Uma ação que vislumbra a constituição da consciência crítica, formação de uma cidadania atuante e transformadora, as quais precisam ser respeitadas para conseguirem se desenvolver.

Do ponto de vista histórico, a Educação Social remonta ao século XVI, mas na prática, aparece relativamente na época moderna e não possui uma definição clara. Segue-se uma das definições possíveis:

- Direito de cidadania, que se concretiza no reconhecimento de uma profissão de caráter pedagógico, geradora de contextos educativos e ações mediadoras e formativas, que são âmbito de competência profissional do educador social, possibilitando a incorporação do sujeito da educação na diversidade das redes sociais, entendida como o desenvolvimento da sociabilidade e circulação social.

- A promoção cultural e social, entendida como abertura a novas possibilidades de aquisição de bens culturais, que ampliem as perspectivas educativas, laborais, de ócio e participação social.

A Educação social é fruto de sua condição histórica. Sua configuração realiza-se a partir das políticas sociais, próprias da sociedade do Estado de Bem-Estar que tentou romper com as estruturas capitalistas, otimizando as condições de vida para todos os cidadãos. Neste modelo, o Estado tende a produzir e distribuir bens e serviços nos setores não lucrativos ou de pouco interesse para o capital privado: educação, saúde, cultura, habitação, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

O movimento de Educação Social foi sinalizado por Paulo Freire, Pistrak⁴ e Makarenko⁵, apontando para uma formação na perspectiva de construção dos valores da cooperação, da solidariedade e da emancipação humana, que sustentam um projeto social popular. O preceito central é a perspectiva de que não há transformação social que não implique em um projeto popular de educação.

Muitas vezes, a educação social é confundida com a educação não formal. No entanto, ela deve, antes de mais nada, medir uma aprendizagem para o “ser” e para o “conviver” em comunidade.

O objetivo maior que persegue a educação social pode sintetizar-se como um contributo para que o indivíduo se associe no meio social com capacidade crítica para melhorá-lo e transformá-lo (TRILLA, 2008).

Nesse sentido, Educação Social deve realizar-se em todos os contextos nos quais se desenvolve a vida do ser humano, dentro e fora da instituição escolar, por exemplo. Apesar de sua larga contribuição nos espaços não formais de educação reconhece-se que não se pode definir exclusivamente por opção praxiológica para espaços não escolares.

2.2 A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A escola é um local privilegiado para a construção da cidadania balizada pela justiça e pela ética, cabendo a ela a incumbência de discutir valores essenciais, da formação da sociedade. Mas, diante da crise paradigmática de valores que vive a sociedade do século XXI, a escola necessita ressignificar esses valores refletindo sobre os ideais de igualdade de oportunidade a todos e de tolerância entre os seres refutando desta maneira quaisquer formas de preconceito e discriminação

Sendo assim, urge a necessidade de que a educação formal e seus atores envolvidos no ato de educar trabalhe a formação ética com vistas a tornar o cidadão mais humano e tolerante e conseqüentemente a sociedade mais justa.

A educação escolar deve exercitar a democracia e a cidadania, enquanto direito social, através da apropriação e produção dos conhecimentos. Para tanto, faz-se necessária a busca de uma sociedade isenta de seletividade e discriminação, libertadora, crítica, reflexiva e dinâmica, onde homens e mulheres sejam sujeitos de sua própria história.

Segundo Libâneo (2002, p. 40), “a escola necessária para fazer frente a essas realidades é a que provê formação cultural e científica, que possibilita o contato dos alunos com acultura, aquela provida pela ciência pela técnica, pela linguagem, pela estética e pela ética”. A escola tem como função primordial

atuar na formação de atitudes e valores em relação ao outro, na política, na saúde, e no meio ambiente também nos aspectos tecnológicos.

Contudo, a escola por si só não forma cidadãos, mas pode preparar, instrumentalizar e proporcionar condições para que seus alunos possam se firmar e construir sua cidadania. Ela é uma instituição que sofre a influência de, e influencia aquilo que acontece ao seu redor, portanto, não é neutra, mas resultante da totalidade de atos, ações, valores e princípios da realidade histórica que interfere nos seus procedimentos. Diante deste contexto, torna-se necessário um novo repensar sobre o papel da educação e da escola nesta aldeia global. Repensar o papel do professor e principalmente do aluno que, diante desta nova ordem social e estrutural, exige tanto do professor como do aluno novas competências.

Pode –se afirmar que a escola tem como função social garantir o acesso aos saberes elaborados e historicamente construídos, pois estes se constituem-se em instrumentos para o desenvolvimento e a socialização do conhecimento.

Segundo Libâneo:

Refletir sobre os rumos das escolas exige pelo menos dois tipos de raciocínio: pensar o que será das escolas se as atuais tendências majoritárias prosperarem e o que pode ser das escolas se os seus agentes puderem discutir essas tendências e buscar alternativas. (LIBÂNEO, 2002,p.63)

Neste sentido, a escola deverá contar com a participação da comunidade e em especial dos pais, tomando das políticas públicas educacionais que permeiam a escola, interferindo, apresentando, apresentando propostas e participando.

A tarefa delegada à escola deve ser então a de utilizar-se dos conhecimentos filosóficos para realizar uma prática capaz de transformar os conhecimentos científicos em conhecimentos capazes de gerar transformações nas ações das pessoas.

A educação, como corresponsável pela ação transformadora, fundamentada no conhecimento teórico, deverá ser capaz de oportunizar conhecimentos para gerar ações que transformem a humanidade. Não é

meramente através do conhecimento pedagógico que se pode conceber as mudanças na sociedade.

A educação, desta forma, é a responsável para educar para a vida. Segundo Freitag (1980), a educação é responsável pela manutenção, integração, preservação da ordem e do equilíbrio, e conservação dos limites do sistema social. E reforça que, para que o sistema sobreviva, os novos indivíduos que nele ingressam precisam assimilar e internalizar os valores e as normas que regem o seu funcionamento. A escola, portanto, tem o compromisso social de ir além da simples transmissão do conhecimento sistematizado, preocupando-se em dotar o aluno da capacidade de buscar informações segundo as exigências de seu campo profissional ou de acordo com as necessidades de desenvolvimento individual e social. Neste sentido pode-se afirmar que função social da escola ultrapassa a troca do conhecimento sistemático em sala de aula.

Essa instituição é um importante espaço de convivência humana, lugar de socialização, de encontros e descobertas. Para se compreender a função social da escola hoje, é importante situá-la no mundo moderno, observando os vários papéis exercido por ela, ao longo do tempo.

2.2.1 A família e a escola: Uma parceria necessária

A escola separada da família poderá criar um clima artificial desvinculado da realidade, o que poderá levar ao desinteresse pelos estudos e pela escola. No caso de problemas, há sempre um jogo de empurra: a família culpa a escola, a escola culpa a família, e esse problema se arrasta por um longo período sem solução. Com a união da escola/família, preocupadas com uma educação de melhor qualidade, haverá um maior poder para solucionar os problemas enfrentados por essas duas instituições sociais, que são a base da sociedade.

Os grupos sociais aos quais se pertence são estruturas de relação que, a partir da prática, elaboram em nós tendências afetivas, estéticas, conceituais e de ação que apontam para uma resposta coerente aos problemas que nos apresentam em relação com os outros homens e com a natureza. (FREIRE, 1991, p.17).

Não se trata de criar uma nova modalidade entre escola/família, para estudos dentro da educação, mas de propiciar condições para assegurar o compromisso e a parceria de ambas as instituições. A escola dando continuidade e gerando possibilidades de aprendizagem, que, através da organização de um ambiente desafiador e estimulante possa aguçar a curiosidade da criança para o conhecimento, abrindo janelas para a leitura de um mundo melhor (ALBUQUERQUE, 2015).

Ao nascer, a criança entra num cenário em que ela não participou e nem construiu. Esse cenário é o mundo social, a realidade objetiva, que se constitui de modo de organização econômica, política e jurídica da sociedade, de uma cultura, de instituições como a família, a escola, a igreja e outras. Tudo isto é produto da construção humana, de homens que antecederam esta criança que se introduz nas relações sociais na qual irá participar.

Essas relações de primeiro contato ocorrem na família, sendo ela a primeira a preparar a criança para o início de sua participação na sociedade, no qual começa a fazer parte. “As pessoas se educam medidas por determinado objetos de conhecimentos que é a própria realidade vivida, que ai está a desafiá-las a conhece-la e a transformá-la” (FREIRE, 1991, p.31). Isto significa que, ao longo de sua vida, irá apropriando-se da realidade objetiva, e esta possibilitará sua ação no mundo, isto é contribuindo na construção deste cenário social que está sempre inacabada e em transformação.

O meio social se superpõe ao meio natural e transforma-se em um instrumento necessário à ação sobre o meio natural. A organização da vida coletiva retarda o momento em que a criança, de posse de um ofício, poderá contribuir por meio de serviços particulares, à existência de todos, a fim de assegurar a sua própria. (WALLON, 1999, p.141)

Assim Albuquerque (2015) enfatiza que, a história da vida do indivíduo é a história pertencer a inúmeros grupos sociais, sendo que, através desses grupos as determinações sociais mais amplas agem sobre o indivíduo. E no grupo familiar que uma criança aprende sua língua e sua nacionalidade. Este aprendizado possibilitará sua participação em outros grupos sociais, e sua interferência nas determinações que agem sobre ele.

Como seres que não apenas se vive, mas se convive, é imprescindível que a escola deva ter como meta o exercício para a construção de uma participação mais democrática e participativa, estreitando os laços com a família. No entanto, observa-se hoje que a família ainda se encontra muito afastada da escola. Ela acha que não pertence a ela; como se a escola não fosse da comunidade a qual pertence.

Os pais, quando participam de alguma atividades na escola, recebem todos os deveres que eles deverão cumprir. A escola, por sua vez, esquece-se de repassar os direitos que a família tem nesta instituição. Enquanto a escola se isolar da família, o processo de aprendizagem será lento.

A família é o primeiro elemento social que influi na educação. Sem a família, o adolescente não tem condições de subsistir. Tal necessidade não é apenas de sobrevivência física, mas também psicológica, intelectual, moral e espiritual.

É importante e bastante saudável que os pais ou responsáveis pelos alunos, tenham claro que a escola e a família são parceiros na educação de crianças e adolescentes. Embora seja extremamente positivo trazê-los para participar da vida escolar dos filhos, essa não é a tarefa das mais fáceis, mas, não é impossível. (ALBUQUERQUE, 2015, p.45)

Apesar de se saber que esta participação faz parte de um processo longo, a escola precisa exercitar esse convívio. Além da importância da família nessa relação, há a figura do professor, ser humano que sabe que somente o respeito e o amor são capazes de transformar a humanidade.

2.3 A ADOLESCÊNCIA À PROCURA DE SEU EU

Por ser construída cultural e socialmente, a definição de juventude adquiriu significados diversos ao longo da história, conforme apontam alguns autores. De acordo com Levi e Schmit (1996, p.11) "na Grécia Antiga os jovens eram valorizado pelo vigor, para desenvolver habilidades físicas, o que representava a sua juventude".

Os gregos iniciaram o culto ao corpo para resistir a todos os modos de competição como salto, corrida, natação ou até mesmo lançamento de disco ou

de dardo. A educação das crianças após os sete anos de idade ficava sob a responsabilidade do estado; quando jovens, passavam a formar grupos para garantir a segurança da cidade. Porém somente aos 30 anos é que poderiam participar da assembleia do povo. Para Basnage:

A idade Média foi palco acontecimentos históricos importantes e de grandes produções culturais. As sociedades se organizavam no sistema feudal, que era baseado entre a troca de serviços e a concessão de terras. Os jovens eram treinados para o combate e tinham grande variedade de armas. O termo juventude referia-se a todos aqueles que não haviam se tornado completamente responsáveis por suas próprias ações. (Basnage, 2010, p.15)

A partir da metade do século XVIII, os conceitos de adolescentes e juventude começaram a consolidar-se devido aos avanços da Pedagogia, da Medicina e da Filosofia. Conforme os registros apontados por Ariès (1978), a cada época corresponderia uma idade privilegiada e a periodização particular da vida humana: a juventude é a idade privilegiada do século XVII, a infância, do XIX, e o conceito de adolescência só surgiu a partir do século XX. Ariès aborda que:

O primeiro adolescente moderno típico foi Siegfried de Wagner: a música de Siegfried pela primeira vez exprimiu a mistura de pureza (provisória), de força física, de naturismo de espontaneidade e de alegria de viver que faria do adolescente o herói no nosso século XX, o século da adolescência. [...]a “juventude”, que então era a adolescência, iria tornar-se um tema literário, e uma preocupação dos moralistas políticos. Começou-se a desejar saber seriamente o que pensava a juventude, e surgiram pesquisas com ela. (ARIÈS, 1978pp. 46-47)

Depois disto a juventude apareceu como depositária de valores novos, capazes de reavivar a sociedade. Mas, o verdadeiro surgimento do conceito de adolescência ocorreu, primeiramente por meio de Rousseau⁶, no século XVIII, ao escrever sua obra Emílio. Segundo Rousseau, a adolescência é um período de modificações, um segundo nascimento em direção à autonomia da vida adulta.

2.3.1 Adolescência na visão da psicologia

Na psicologia, o conceito da adolescência foi introduzida no início do século XX, com Stanley Hall (1844-1924), considerado o fundador da psicologia do adolescente, concebendo-a como uma etapa marcada por tormentos e conturbações vinculadas à sexualidade. Essa condição é corroborada pelos psicanalista, pela mídia em geral e pela sociedade.

A ênfase recai nos aspectos biológicos, nas transformações corporais. É um período de crise, angústia e turbulência, solidificação a adolescência como uma fase natural do desenvolvimento humano.

⁷Knobel definiu uma síndrome normal da adolescência, como uma representação esquemática do fenômeno. A definição de uma “normal anormalidade”, para ele, não significa que está identificando algo patológico, mas serve somente para facilitar a compreensão desse período da vida. Vamos analisar agora as suas características psicológicas.

a) **Busca de si mesmo e da identidade** – Todas as modificações corporais e as expectativas da sociedade com relação ao jovem levam-no a perceber que está vivenciando uma situação nova, a qual muitas vezes é vivida com ansiedade pelo desconhecimento de que rumo tomar. A experiência de ter um corpo em mutação leva a conflitos com a autoimagem, fazendo com que ora sinta orgulho ora sinta vergonha do próprio corpo. Apesar de todas essas modificações, o adolescente precisa dar uma continuidade a sua personalidade, ou seja, precisa saber quem é, em que está se transformando, para assim reconstruir sua identidade. Os jovens passam horas e horas em frente ao espelho e comparam-se uns aos outros, buscando um padrão de normalidade e aceitação. Tais situações requerem momentos de isolamento e a assunção de identidades transitórias, ocasionais ou circunstanciais, no sentido de entender a sua intimidade e, assim, desenhar a sua própria identidade.

b) **Tendência grupal** - A busca da identidade no adolescente faz com que ele recorra, como comportamento defensivo, à busca pela uniformidade, que pode lhe fornecer segurança e autoestima. A partir daí surge o espírito de grupo. No grupo, há um processo massivo de identificação coletiva. Basta olhar para um grupo de adolescentes: as vestimentas são semelhantes, o modo de falar (às vezes, criando um “ídioma” próprio), os lugares frequentados, os interesses, tudo é absolutamente semelhante. Neste momento,

o jovem se identifica muito mais com seu grupo do que com os familiares. No grupo, ele sente-se reforçado e apoiado em suas ansiedades. Daí porque a vivência grupal é de fundamental importância. O grupo se constitui na transição necessária entre o mundo familiar e o mundo adulto.

c) **Necessidade de intelectualizar e fantasiar** – A realidade impõe ao adolescente a necessidade de renunciar ao corpo infantil e à proteção familiar. Isso pode ser vivido como uma experiência de enorme desamparo e impotência, que o obriga a recorrer ao pensamento para compensar essas perdas. O adolescente, então, tende a fugir para seu mundo interior, como uma forma de buscar um reajuste emocional, e nessa tentativa de encontro consigo mesmo começa a demonstrar preocupações de ordem ética, moral, social. Neste momento, pode desenvolver grandes “teorias” sobre o mundo, nas quais vai misturar justificativas concretas com ideias fantasiosas infantis.

d) **Crises religiosas** – A conduta do jovem pode ir do total ateísmo até comportamentos religiosos tão engajados que podem cursar do misticismo até o fanatismo. Entre essas condutas, há uma grande variedade de posições religiosas e mudanças muito frequentes, tudo isso concordando com as mudanças e flutuações do seu próprio mundo interno. A questão da religiosidade emerge como decorrência dos questionamentos do adolescente sobre sua identidade, em uma tentativa de responder questões como “quem sou”, “o que estou fazendo aqui”, “qual o meu papel na vida”.

e) **Deslocamento temporal** – A vivência temporal dos adolescentes pode ser observada em situações que provavelmente já presenciamos: há um trabalho escolar para ser feito e ele se envolve em outro tipo de atividade; a mãe insiste com a urgência do tempo e ele responde que “dá tempo, o trabalho é pra... amanhã”. Outra situação seria uma festa marcada para um mês depois, para a qual ele insiste em providenciar uma roupa “porque está em cima da hora”. As urgências do adolescente são tão grandes quanto o “deixar para depois”. Predomina uma visão sincrética do mundo, ou seja, uma visão indiferenciada dos aspectos que constituem a realidade que se quer compreender, a percepção do todo sem, porém, se compreender os seus aspectos constitutivos. O adolescente não possui ainda as características adultas de delimitar e discriminar, o que só vai adquirindo lentamente ao longo do seu desenvolvimento. À medida que vai elaborando suas perdas, começa a surgir o conceito de tempo, que implica as noções de passado, presente e futuro.

f) **Evolução sexual do autoerotismo à heterossexualidade** – Observa-se no adolescente uma oscilação entre a atividade do tipo masturbatória e o começo dos exercícios genitais, que se inicia se forma basicamente exploratória até evoluir para a verdadeira genitalidade procriativa. Ao aceitar a sua genitalidade,

o adolescente começa a busca por um par. É a fase das grandes e “definitivas” paixões, que representa todos os aspectos dos vínculos intensos e frágeis das relações interpessoais do adolescente. A curiosidade sexual pode se manifestar pelo interesse por revistas pornográficas e mesmo por experiências de ordem homossexual. O exibicionismo e o voyerismo se manifestam nas vestimentas, nas maquiagens das meninas, nas atitudes durante jogos e festas. Começam os contatos superficiais, depois profundos e mais íntimos, que preenchem a sua vida sexual.

g) **Atitude social reivindicatória** – Tais atitudes muitas vezes se configuram em respostas às restrições impostas pela sociedade. Elas são a consolidação do que vem ocorrendo no pensamento. As intelectualizações e fantasias conscientes que se reforçam nos grupos fazem com que essas atitudes se transformem em pensamento ativo, em uma verdadeira ação social, política, cultural. Muitas vezes, as perdas são vividas como não sendo deles, mas da sociedade, dos seus pais, de sua família. O resultado é que descarregam toda sua revolta nessas figuras e podem vir a desenvolver atitudes destrutivas, quando as perdas não são bem elaboradas. Essa particular característica do adolescente é aproveitada, em muitos casos, por certas seitas e grupos políticos ou religiosos para arregimentar seguidores. Exibicionismo⁸ e Voyerismo são manifestações da sexualidade caracterizadas por obtenção de prazer sexual pela exibição dos órgãos sexuais ou pela observação de outras pessoas, respectivamente. São consideradas patológicas quando essas são as únicas maneiras de se obter prazer sexual.

h) **Contradições sucessivas em todas as manifestações de conduta** – A conduta do adolescente está dominada pela ação, sendo esta a sua forma mais típica de expressão. Mas, o adolescente não pode manter uma linha de conduta rígida, permanente, mesmo que tente. Ele tem uma personalidade, no dizer de Spiegel, “esponjosa”, ou seja, permeável, absorvente, que recebe e também projeta tudo enormemente. Isso faz com que não possa ter uma conduta linear, o que só é observado em situações patológicas, como no autismo e nas neuroses. Na verdade, é o mundo adulto que não suporta as contradições dos adolescentes, não aceita suas identidades transitórias e exige deles uma atitude adulta para a qual ainda não estão capacitados.

i) **Separação progressiva dos pais** – Esta é uma das perdas fundamentais que o adolescente necessita assumir internamente e que pode gerar uma ansiedade muito intensa. Muitas vezes, os pais não aceitam e negam o crescimento dos filhos, dificultando mais ainda a resolução dessa ansiedade. Daí a importância da internalização por parte dos adolescentes de boas imagens parentais, com papéis bem definidos, sem ambiguidades ou encobrimentos. Algumas vezes, os pais transmitem uma imagem

de personalidades pouco consistentes, forçando o adolescente a buscar identificação com outras imagens adultas, como ídolos do esporte ou do cinema, ou mesmo com figuras negativas que prejudicam mais ainda sua formação. Um exemplo disso é a organização criminosa do tráfico de drogas, que alicia jovens e até crianças para o mundo da criminalidade.

j) **Constantes flutuações do humor** – Além das modificações hormonais que já influenciariam as modificações do humor, o sentimento básico de ansiedade e depressão acompanha a adolescência, sobretudo devido às perdas que sofre. A maneira como o adolescente as elaborar determinará a maior ou menor intensidade dessas flutuações. A realidade nem sempre satisfaz suas aspirações, resultando em sentimentos de frustração e solidão. Mas, da mesma maneira que se sente isolado do mundo, um gesto simples pode fazer com que se sinta a mais feliz das criaturas.

2.3.2 As mudanças corporais na adolescência

A primeira mudança observada, geralmente, diz respeito às mudanças físicas. É o período de um acelerado crescimento da estatura. O corpo do adolescente muda tão rápido e tão radicalmente que não dá tempo para que ele se acostume com as modificações. O mais comum é encontrarmos adolescentes com posturas “desengonçadas”, movimentos pouco harmoniosos dos braços e pernas, resultando num caminhar “fora do ritmo” (AMARAL, 2007).

2.3.3 Mudanças no corpo feminino

As mudanças corporais que ocorrem nas garotas, nessa fase do desenvolvimento, são consideráveis. Desencadeadas pela produção dos hormônios, a partir dos oito ou nove anos, promovem mudanças no tamanho do corpo, nas suas proporções, e o desenvolvimento das características sexuais primárias e secundárias.

O surto de crescimento da puberdade começa um ano ou dois antes que os órgãos sexuais amadureçam, e depois disso, dura de seis meses a um ano. Nas meninas começa entre 8,5 e 11,5 anos, com um pico de rapidez que

ocorre em média aos 12,5 anos, declinando depois disso até parar por volta de 15 a 16 anos. O crescimento em altura segue um padrão regular e geralmente precede o aumento de peso. Em cerca de três anos, até um ano depois da puberdade, a menina ganha, em média, 17 quilos.

Durante a puberdade a cabeça cresce lentamente em relação ao resto do corpo, a testa se torna mais alta e larga, o nariz cresce rapidamente, a boca se alarga, os lábios tornam-se mais cheios e o queixo passa a ser mais pronunciado; desenvolve-se a linha da cintura, ombros e quadris se alargam, os braços e as pernas se alongam e tornam-se mais moldados, em consequência dos depósitos de gordura; além disso, há o desenvolvimento dos seios, o aparecimento dos pelos púbicos, axilares, faciais e nos membros.

Também ocorrem alterações na voz e na cor e textura da pele. Mudanças também acontecem nos órgãos internos, nos sistemas digestivo, circulatório, endócrino e respiratório; os ovários e o útero crescem e amadurecem rapidamente. Acompanhando essas transformações, vem o sangramento menstrual cíclico ou menstruação (AMARAL, 2007).

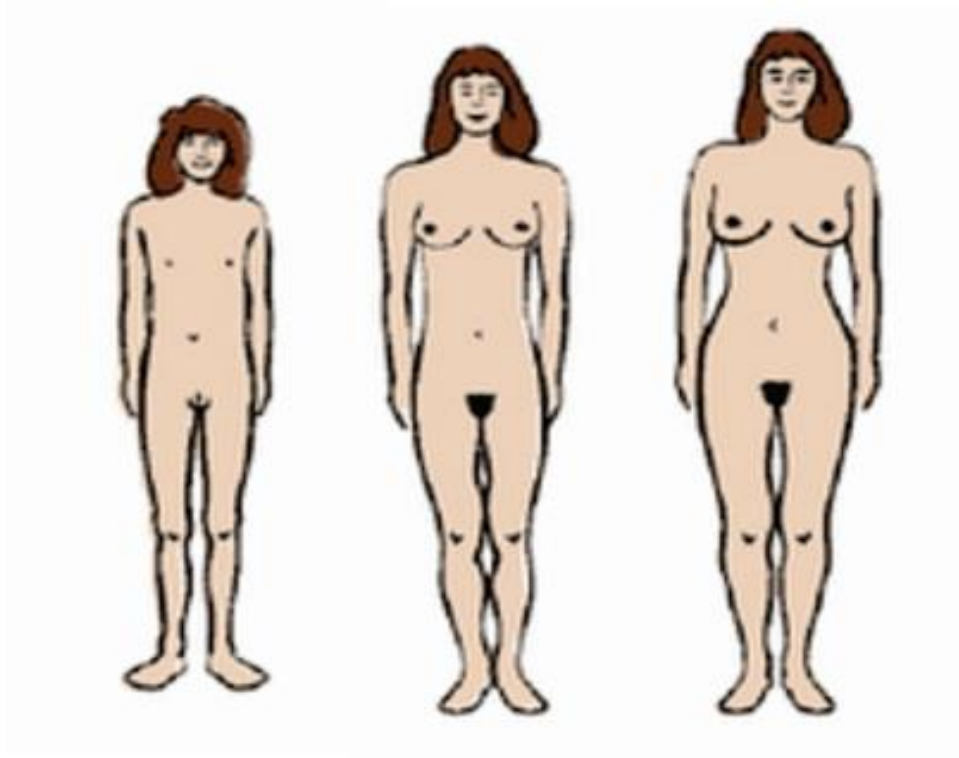


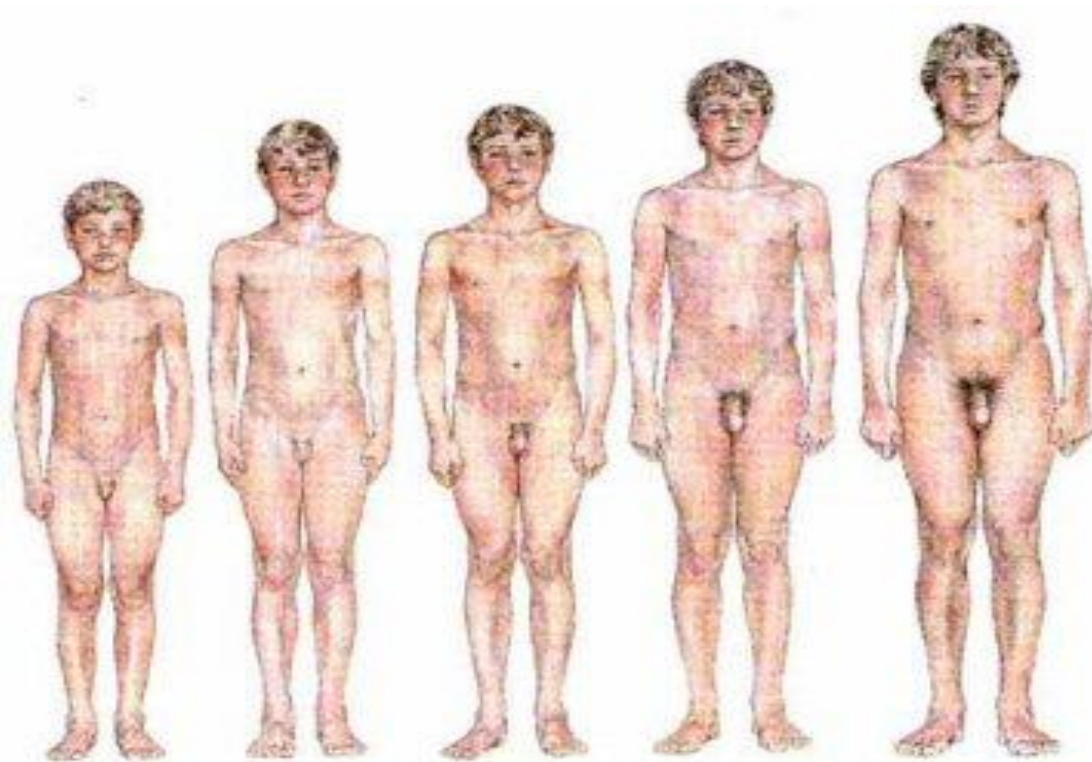
Figura 1: Mudanças no corpo feminino Fonte: Psicologia da adolescência (2007)

2.3.4 Mudanças no corpo masculino

O primeiro sinal da entrada na puberdade apresentado pelos meninos é o aumento do volume testicular, que adquire uma medida maior do que quatro centímetros cúbicos e a bolsa escrotal fica com a pele mais fina e às vezes com uma coloração mais avermelhada. Cerca de 6 a 12 meses após o início do aumento do volume testicular começam a aparecer os pelos pubianos, lisos e fininhos na base do pênis. Aos poucos eles vão aumentando em quantidade e distribuição, ao mesmo tempo em que ficam mais grossos e enrolados.

Mudam também as características dos pelos no resto do corpo, como braços e pernas. Os pelos axilares e faciais surgem.

Com relação ao genital, o pênis costuma crescer primeiro em comprimento e depois em diâmetro, terminando com o desenvolvimento da glândula, adquirindo as características do pênis do adulto. O fato de a puberdade poder iniciar a qualquer momento entre os nove e os 14 anos faz com que garotos da mesma idade possam ter corpos completamente diferentes, o que gera, frequentemente, angústia naqueles que ainda apresentam corpo infantil,



principalmente no que diz respeito ao tamanho do pênis.

Figura 2: Mudanças no corpo masculino **Fonte:** Psicologia da adolescência (2007)

Nestes anos da adolescência o corpo masculino se torna mais forte, com ganho de massa muscular, principalmente em regiões de braços, pernas e tórax.

Todos os órgãos internos se desenvolvem e apresentam um aumento de capacidade física, notadamente cardiovascular e pulmonar. O crescimento da laringe é que provoca a tão temida variação de voz. Desafinar é comum e também passageiro, com duração média de seis meses, mas nem por isso isenta de brincadeiras por parte de amigos e familiares (AMARAL, 2007).

No sentido etimológico, de acordo com o Dicionário Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2004, p; 96), a palavra adolescência significa: “o período da vida humana que sucede à infância, começa com a puberdade e se caracteriza por mudanças corporais e psicológicas”. Esse conceito está ligado ao conceito da psicologia tradicional, conforme aborda Stanley Hall.

Sposito (1997, p. 39) considera a adolescência um segmento do “[...] amplo conjunto denominado juventude”. Acrescenta ainda que:

[...] gesta um vir-a-ser, sendo ao mesmo tempo, uma construção do presente enquanto superação da infância, e em saída da infância. A busca da idade adulta remete ao que o jovem quer individualmente ou em grupo, a questão do auto reconhecimento e de ser reconhecido.

Para a Organização Internacional da Juventude/UNESCO, o termo “juventude” refere-se ao período do ciclo de vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos e durante o qual se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e o gênero.

Os limites de idade referentes à juventude corresponderiam à faixa entre 14 e 25 anos, cujo período inicial (dos 14 aos 18 anos) seria denominado adolescência.

2.4 AS DROGAS: CONCEITUAÇÃO

A palavra “droga” tem origem na palavra droog (holandês antigo) que significa folha seca, alguma coisa seca (SENAD, p.7, 2008); isto porque antigamente quase todos os medicamentos eram feitos à base de vegetais. O conceito mais comum usado para se referir a uma droga, estupefaciente ou entorpecente é “toda substância que provoca alterações psico-químicas no organismo, ou seja, alterações nos sentidos e no funcionamento do organismo” (OMS, 1989).

É importante notar que a palavra “droga” pode ter vários sentidos, não se restringindo ao fato de ser algo ilegal e prejudicial à saúde. Vários medicamentos que têm a função de combater enfermidades específicas, como a aspirina, por exemplo, podem ser considerados como drogas, porém usados para fins medicinais. (FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES DE INFORMAÇÕES PREVENTIVAS SOBRE DROGAS, 2002)

Segundo a Cartilha de formação de multiplicadores de informações preventivas sobre drogas, 2002, ao longo do tempo, as palavras empregadas para descrever a droga têm sofrido importantes variações.

Na Grécia Antiga, a droga, denominada pharmakom, tinha duplo significado: remédio e veneno. Este simples conceito, refletindo certa ambivalência, representava a tentativa dos gregos de traduzir o poderoso efeito dessas substâncias sobre a mente e o corpo do indivíduo. Atualmente, a definição em vigor, expressa pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é: qualquer substância natural ou sintética que, administrada por qualquer via no organismo, afeta sua estrutura ou função.

Essas substâncias provocam alterações diferentes em cada pessoa, de acordo com suas características físicas e/ou psicológicas, conforme a droga usada, o efeito esperado, o contexto em que é consumida e a quantidade. As substâncias que modificam o funcionamento do SNC (Sistema Nervoso Central), alterando sensações, emoções, consciência, humor e comportamento são chamadas drogas psicoativas.

Em geral, as pessoas acreditam que o uso de drogas está relacionado às substâncias consideradas ilícitas, remetendo a questões de proibição e perseguição ao comércio das mesmas e aos problemas que dizem respeito ao narcotráfico. Seu uso também é associado a comportamentos de agressividade, violência, conduta alterada ou prejuízo no trabalho e no desempenho escolar.

2.4.1 O uso de drogas como costume de um povo

A cultura de uma nação, povo ou país permite conhecer os conjuntos de significados que os sujeitos conferem à sua realidade para explicar o mundo. As relações culturais demonstram que as sociedades contemporâneas são semelhantes em sua organização político-econômica, bem como na estrutura comum dos modos de pensar, agir e perceber o mundo.

Essas características comuns entre as sociedades também se aplicam ao uso de drogas. Pode-se afirmar, portanto, que as drogas são utilizadas praticamente por todas as sociedades. Esses usos são percebidos nos rituais religiosos, nos usos sociais, recreacionais e medicinais.

Contudo, conforme Macrae (2010), é possível identificar especificidades culturais em tais usos. Na Grécia antiga utilizava-se o ópio para tratar uma série de males. O uso do ópio, conforme o antropólogo, nunca foi percebido pelos gregos como degradante, ao contrário do vinho, visto com bastante reserva entre os romanos, que foram bastante influenciados pelos gregos, as drogas continuavam a ser vistas como basicamente neutras.

Para os romanos, os efeitos das drogas, positivos ou negativos, tinham a ver com a dosagem e a maneira de uso. Eles apreciavam as bebidas alcoólicas. O consumo de bebidas alcoólicas era proibido às mulheres e aos menores de 30 anos de idade. Um aspecto importante entre os romanos era a chamada ebriedade sóbria, ou seja, o consumo de vinho, por exemplo, era visto como uma forma de autoconhecimento, propiciando o relaxamento com dignidade.

Nos séculos XIV e XV, entre os povos sob a influência do islamismo, persistia uma maior tolerância em relação ao uso de certas drogas, como é o caso do uso do haxixe nos dias atuais. Contudo, o uso do álcool já era restrito, pois o próprio Maomé o censurava em decorrência do comportamento ridículo e da falta de confiabilidade de certas pessoas que se embriagavam. Por volta de 1500-2000 a.C., em algumas culturas pré-colombianas, localizadas na atual região Amazônia Equatoriana, o uso da *ayahuasca*⁹ já fazia parte do cotidiano. Vasos de cerâmica, estatuetas antropomorfos e outros artefatos demonstram esse uso.

Atualmente, o uso ritualístico da ayahuasca é feito “em datas previamente marcadas em um calendário; a bebida tem um local específico para seu armazenamento, que em geral fica na própria igreja; o psicoativo é distribuído em filas, e em determinados momentos do ritual, que geralmente são padronizados”. (SANTOS, 2007, p.4).

Outro ponto diz respeito às diversas maneiras desse uso: como remédio, no caso do ópio para os gregos; com finalidade de autoconhecimento, para os romanos; e, no caso da ayahuasca, com regras, procedimentos e acompanhamento. Tais aspectos implicam, necessariamente, a compreensão de que não podemos nem devemos generalizar os usuários de drogas de forma preconceituosa e precipitada, tratando-os como se todos fossem uns perdidos, fracos e vagabundos (¹⁰FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES DE INFORMAÇÕES PREVENTIVAS SOBRE DROGAS, 2002).

Diante disso, pode-se afirmar que as drogas passam a compor um problema social na medida em que se constata o uso cada vez mais precoce, o predomínio de propostas normativas e prescritivas nas ações de prevenção, a noção de que o consumo é um fenômeno recente e a hipertrofia do lucro relacionada ao tráfico das drogas ilegais.

No entanto, os maiores problemas advindos do uso abusivo de drogas não são apresentados pelos usuários de drogas ilícitas, e sim pelos usuários de bebidas alcoólicas e tabaco. Portanto, usamos o termo “uso indevido de drogas” quando queremos nos referir ao abuso feito por usuários habituais e/ou dependentes de substâncias lícitas ou ilícitas, com prejuízos pessoais, afetivos, sociais e profissionais.

2.4.2 Classificação das drogas¹¹

a) *Drogas Lícitas* – são aquelas comercializadas de forma legal, podendo ou não estar submetidas a algum tipo de restrição. Cujo por exemplo, álcool, (venda proibida a menores de 18 anos) e alguns medicamentos que só podem ser adquiridos por meio de prescrição médica especial (tarja preta).

b) *Drogas Ilícitas* – estas não podem ser comercializadas. A restrição aqui não se enquadra em uma faixa etária, mas a todas as faixas etárias e todas as formas de apresentação. Ex.: maconha, cocaína, crack.

Existe uma classificação – de interesse didático – que se baseia nas ações aparentes das drogas sobre o Sistema Nervoso Central (SNC), conforme as modificações observáveis na atividade mental ou no comportamento da pessoa que utiliza a substância. São elas: Drogas Depressoras, Estimulantes e Perturbadoras da atividade mental.

2.4.3 Drogas depressoras da atividade mental

Incluem uma grande variedade de substâncias, que diferem muito em suas propriedades físicas e químicas, mas que apresentam a característica comum de causar uma diminuição da atividade global ou de certos sistemas específicos do SNC. Como consequência dessa ação, há uma tendência de ocorrer uma diminuição da atividade motora, da reatividade à dor e da ansiedade e é comum um efeito de melhoria do bem estar geral.

Álcool: O álcool etílico é um produto da fermentação de carboidratos (açúcares) presentes em vegetais, como a cana-de-açúcar, a uva e a cevada. Suas propriedades são conhecidas desde tempos pré-históricos e praticamente todas as culturas têm ou tiveram alguma experiência com sua utilização.

É de longe a droga psicotrópica de uso e abuso mais amplamente disseminada em grande número e diversidade de países na atualidade.

Barbitúricos: Pertencem ao grupo de substâncias sintetizadas artificialmente desde o começo do século XX, que possuem diversas propriedades em comum com o álcool e com outros tranquilizantes (Benzodiazepínicos). Seu uso inicial foi dirigido ao tratamento da insônia, porém a dose para causar os efeitos terapêuticos desejáveis não está muito distante da dose tóxica ou letal.

Benzodiazepínicos: Esse grupo de substâncias começou a ser usado na Medicina durante os anos 60 e possui similaridades importantes com os barbitúricos, em termos de ações farmacológicas, com a vantagem de oferecer uma maior margem de segurança, ou seja, a dose tóxica, aquela que produz efeitos prejudiciais à saúde, é muitas vezes maior que a dose terapêutica, ou seja, a dose prescrita no tratamento médico.

Atuam potencializando as ações do GABA (ácido gama-amino-butírico), o principal neurotransmissor inibitório do SNC o que leva a diminuição da ansiedade; indução do sono; relaxamento muscular; redução do estado de alerta.

Opióides: Grupo que inclui drogas “naturais”, derivadas da papoula do oriente (*Papaver somniferum*), sintéticas e semissintéticas, obtidas a partir de modificações químicas em substâncias naturais. As drogas mais conhecidas deste grupo são a morfina, a heroína e a codeína, além de diversas substâncias totalmente sintetizadas em laboratório. Como a metadona e meperidina.

Solventes ou inalantes: Esse grupo de substâncias, entre os depressores, não possui nenhuma utilização clínica, com exceção do éter etílico e do clorofórmio, que já foram largamente empregados como anestésicos gerais. Solventes podem tanto ser inalados involuntariamente por trabalhadores quanto ser utilizados como drogas de abuso, por exemplo, a cola de sapateiro.

Outros exemplos são o tolueno, o xilol, o n-hexano, o acetato de etila, o tricloroetileno, além dos já citados éter e clorofórmio, cuja mistura é chamada frequentemente de “lança-perfume”, “cheirinho” ou “loló”.

2.4.4 Drogas estimulantes da atividade mental

São incluídas neste grupo as drogas capazes de aumentar a atividade de determinados sistemas neuronais, o que traz como consequências um estado de alerta exagerado, insônia e aceleração dos processos psíquicos.

Anfetaminas: São estimulantes do Sistema Nervoso Central (SNC) e muito utilizado por pessoas que desejam fazer regime para emagrecer ou pessoas que querem ficar acordadas e “ligadas” por mais tempo não respeitando os limites fisiológicos. São substâncias sintéticas, ou seja, produzidas em laboratório.

Existem várias substâncias sintética que pertence ao grupo das anfetaminas. São drogas “anfetamínicas”: o fenproporex, o metilfenidato, o manzidol, a metanfetamina e a dietilpropiona. Atuam aumentando a liberação e prolongando o tempo de atuação de neurotransmissores utilizados pelo

cérebro, como a dopamina e a noradrenalina o que permite uma maior vigília e estimulação.

Cocaína: É uma substância extraída de uma planta originária da América do Sul, popularmente conhecida como coca (*Erythroxylon coca*). A cocaína pode ser consumida na forma de um pó (cloridrato de cocaína), aspirado ou dissolvido em água e injetado na corrente sanguínea, ou sob a forma de uma pedra, que é fumada, o crack. Existe ainda a pasta de coca, um produto menos purificado, que também pode ser fumado, conhecido como merla. A cocaína é um potente estimulador do Sistema Nervoso Central (SNC).

2.4.5 Drogas perturbadoras da atividade mental

Nesse grupo de drogas, classificam-se diversas substâncias cujo efeito principal é provocar alterações no funcionamento cerebral, que resultam em vários fenômenos psíquicos anormais, entre os quais, destacamos os delírios e as alucinações. Por esse motivo, essas drogas receberam a denominação de alucinógenos.

Em linhas gerais, pode-se definir alucinação como uma percepção sem objeto, ou seja, a pessoa vê, ouve ou sente algo que realmente não existe. Delírio, por sua vez, pode ser definido como um falso juízo da realidade, ou seja, o indivíduo passa a atribuir significados anormais aos eventos que ocorrem à sua volta. Há uma realidade um fator qualquer, mas a pessoa delirante não é capaz de fazer avaliações corretas a seu respeito.

Por exemplo, no caso do delírio persecutório, nota-se, em toda parte, indícios claros – embora irrealis – de uma perseguição contra a sua pessoa. Esse tipo de fenômeno ocorre de modo espontâneo em certas doenças mentais denominadas psicoses, razão pela qual essas drogas também são chamadas psicotomiméticos.

Maconha: Há na *Cannabis sativa* (= pé de maconha) muitas substâncias denominadas de canabinóides. Desse vegetal as folhas e inflorescências secas podem se fumadas ou ingeridas. Há também o haxixe, pasta semissólida obtida por meio de grande pressão nas inflorescências, preparação com maiores concentrações de THC (tetrahydrocannabinol), uma das diversas

substâncias produzidas pela planta, principal responsável pelos seus efeitos psíquicos. Há uma grande variação na quantidade de THC produzida pela planta conforme as condições de solo, clima e tempo decorrido entre a colheita e o uso, bem como na sensibilidade das pessoas à sua ação, o que explica a capacidade de a maconha produzir efeitos mais ou menos intensos.

Alucinógenos: Designação dada a diversas drogas que possuem a propriedade de provocar uma série de distorções do funcionamento normal do cérebro, que trazem como consequência uma variada gama de alterações psíquicas, entre as quais, alucinações e delírios, sem que haja uma estimulação ou depressão da atividade cerebral. Fazem parte deste grupo a dietilamida do ácido lisérgico (LSD) e o Ecstasy. Há também diversas plantas com propriedades alucinógenas como, por exemplo, alguns cogumelos (*Psilocibe mexicana*, que produz a psilocibina), a jurema (*Mimosa hostilis*) e outras plantas eventualmente utilizadas na forma de chás e beberagens alucinógenas.

Dietilamida do ácido lisérgico: LSD substância alucinógena sintetizada artificialmente e uma das mais potentes com ação psicotrópica que se conhece. As doses de 20 a 50 milionésimos de grama produzem efeitos com duração de 4 a 12 horas. Seus efeitos dependem muito da sensibilidade da pessoa às ações da droga, de seu estado de espírito no momento da utilização e também, do ambiente em que se deu a experiência.

Ecstasy (3,4-metileno-dioxi-metanfetamina ou MDMA): É uma substância alucinógena que guarda relação química com as anfetaminas e apresenta também propriedades estimulantes. Seu uso está associado a certos grupos, como os jovens frequentadores de danceterias ou boates.

Há relatos de casos de morte por hipertermia maligna, em que a participação da droga não é completamente esclarecida. Possivelmente, a droga estimula a hiperatividade e aumenta a sensação de sede ou, talvez, induza um quadro tóxico específico.

Anticolinérgicos: São substâncias provenientes de plantas ou sintetizadas em laboratório que têm a capacidade de bloquear as ações da acetilcolina, um neurotransmissor encontrado no SNC e no Sistema Nervoso Central e periférico (SNP). Produzem efeitos sobre o psiquismo quando utilizadas em

doses relativamente grandes e também provocam alterações de funcionamento em diversos sistemas biológicos, portanto, são drogas pouco específicas.

2.4.6 Outras Drogas

Você já tem uma ideia de as drogas podem ter vários tipos de classificação, entretanto, há drogas cujos efeitos psicoativos não possibilitam sua classificação numa única categoria (depressoras, estimulantes ou perturbadoras da atividades mental).

Todas as drogas descritas a seguir são lícitas, ou seja, são comercializadas de forma legal.

Tabaco: Um dos maiores problemas de saúde pública em diversos países do mundo, o cigarro é uma das principais causas potencialmente evitáveis de doenças e morte. Efeitos: doenças cardiovasculares (infarto, AVC e morte súbita); doenças respiratórias (enfisema, asma, bronquite crônica, doença pulmonar obstrutiva crônica); diversas formas de câncer (pulmão, boca, faringe, laringe, esôfago, estômago, pâncreas, rim, bexiga e útero)

Seus efeitos sobre as funções reprodutivas incluem redução da fertilidade, prejuízo do desenvolvimento fetal, aumento de riscos para gravidez ectópica e abortamento espontâneo. A nicotina é a substância presente no tabaco que provoca a dependência. Embora esteja implicada nas doenças cardiocirculatórias, não parece ser esta a substância cancerígenas. As ações psíquicas da nicotina são complexas, com uma mistura de efeitos estimulantes e depressores. Menciona-se o aumento da concentração e da atenção, a redução do apetite e a redução da ansiedade.

A nicotina induz tolerância e se associa a uma síndrome de abstinência com alterações do sono, irritabilidade, diminuição da concentração e ansiedade.

Gravidez extrauterina, fora do útero. Fumante passivos- existem evidências de que os não fumantes expostos à fumaça de cigarro do ambiente (fumantes passivos) têm um risco maior de desenvolver as mesmas patologias que afetam os fumantes.

Cafeína: É estimulante do SNC menos potente que a cocaína e as anfetaminas. O seu potencial de induzir dependência vem sendo bastante

discutido nos últimos anos. Surgiu até o termo “cafeinismo” para designar uma síndrome clínica associada ao consumo importante (agudo ou crônico) de cafeína, caracterizada por ansiedade, alterações psicomotoras, distúrbios do sono e alterações do humor.

Esteroides anabolizantes: Embora sejam descritos efeitos euforizantes por alguns usuários dessas substâncias, essa não é, geralmente, a principal razão de sua utilização. Muitos indivíduos que consomem essas drogas são fisiculturistas, atletas de diversas modalidades ou indivíduos que procuram aumentar sua massa muscular e podem desenvolver um padrão de consumo que se assemelha ao de dependência.

Os efeitos adversos são diversas doenças cardiovasculares; alterações no fígado, inclusive câncer; alterações musculoesqueléticas indesejáveis (ruptura de tendões, interrupção precoce do crescimento).

Inúmeros estudos demonstram que as drogas de abuso ou mesmo estímulos ambientais reconhecidos pelo organismo como prazerosos, geram mudanças no cérebro, mais precisamente a liberação de substâncias químicas chamadas neurotransmissoras como a dopamina, responsável pela comunicação entre os neurônios e que aumenta a sensação do prazer.

As drogas de abuso agem sobre um limitado número de estruturas do cérebro. Essas regiões, nos seres humanos, são principalmente as áreas corticais do cérebro e as vias mesolímbicas. O sistema que envolve esses circuitos cerebrais é chamado de sistema de recompensa cerebral, pois as pessoas podem querer repetir o uso das drogas de abuso porque querem ter uma sensação de bem-estar, de alegria ou porque estão tristes, deprimidas ou ansiosas e querem aliviar essas sensações ruins.

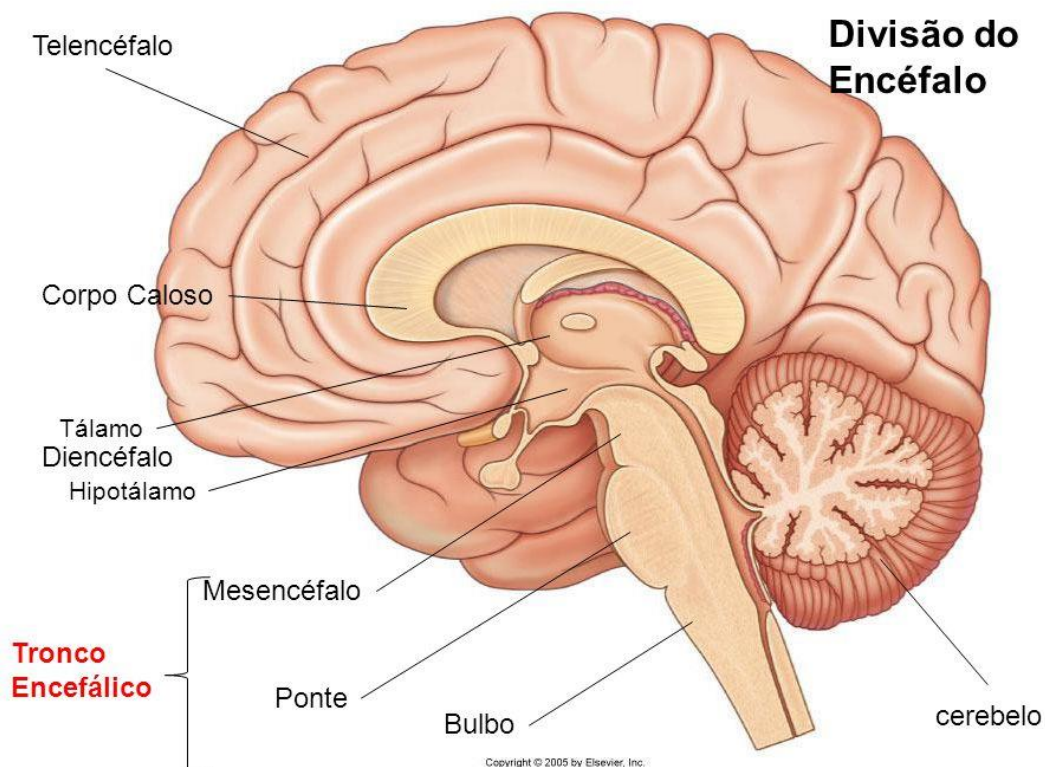


Figura 3: Atuação no cérebro

Fonte: Formação de multiplicadores de Informações preventivas sobre drogas, 2002.

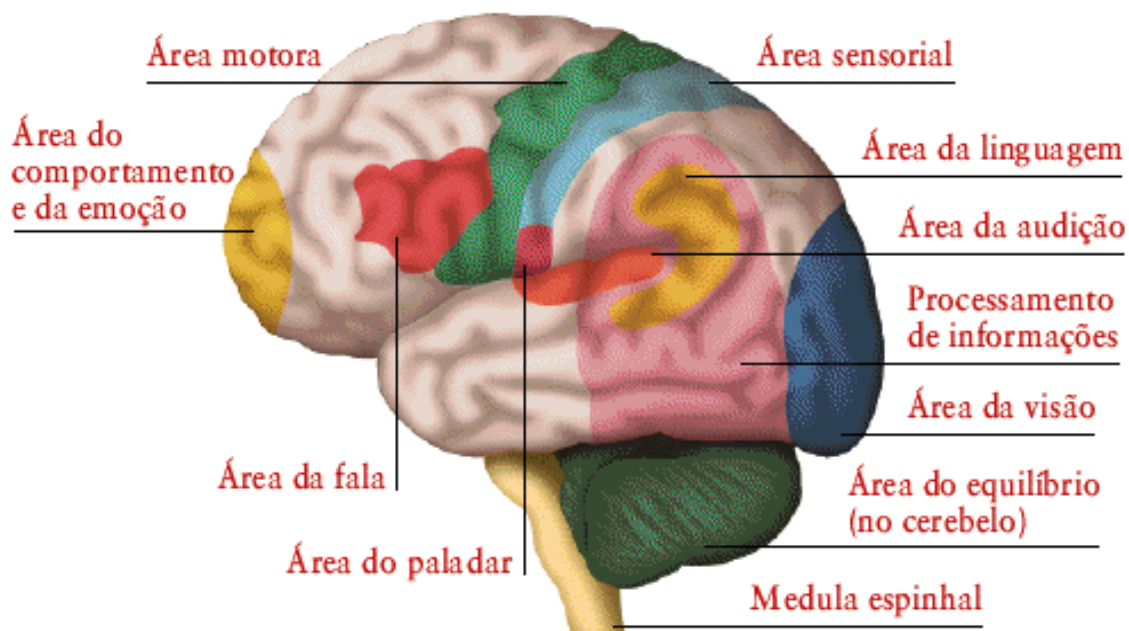


Figura 4: Atuação no cérebro

Fonte: Formação de multiplicadores de Informações preventivas sobre drogas, 2002.

2.5 A droga e o adolescente

Para Santos (2012), o adolescente que utiliza drogas como a maconha, tem o risco aumentado de desenvolver doenças respiratórias, sofrer consequências psicossociais e sanções legais, conflitos com os pais, perda do interesse na escola e ansiedade. O adolescente que experimenta maconha procura o prazer, a extroversão. A autonomia, a formação de novos grupos e a independência em relação à família.

Desta forma, algumas condições podem expor o adolescente a um maior risco de enfrentar problemas com o uso de drogas, como a redução do monitoramento dos pais no adolescência pode permitir a experimentação de substâncias e favorecer o envolvimento com pares de comportamentos desinibidos. Estes, por sua vez, contribuem para um ciclo de realimentação que aumenta o risco de problemas com o uso de substâncias. (SANTOS, 202, p.34)

O alto nível de uso de drogas na adolescência reflete uma tendência precoce de desenvolvimento, caracterizada por precoce envolvimento com matrimônio, família, força de trabalho e abandono da atividade educacional. O uso de múltiplas drogas interfere no desenvolvimento de tarefas na adolescência, o qual leva ao insucesso nos papéis desempenhados quando adultos jovens.

Quando se fala em álcool, ele está inserido na cultura, presente nos lazeres e encontro adolescente, dentro das casas, tanto na vida profana como no ritual religioso. Desse modo, consumir álcool pode parecer normal para o adolescente sem muita censura, ou orientação por parte dos pais. Conforme estudo apresentado pela UNESCO, - estudante começaram a beber por curiosidade, pelo desejo de inserção social, para esquecer problemas e para ter coragem (NOSSA 2002).

Geralmente, o adolescente percebe que quando consome álcool, teoricamente, as coisas ficam mais fáceis. Contudo, não entende que, inadvertidamente, pode transformar o consumo de álcool como parte da busca de seu sentido de vida e de ser no mundo, ou seja, tornar o consumo de álcool ingrediente indispensáveis na elaboração de sua crise.

2.6 A ESCOLA E A PREVENÇÃO

A educação é considerada o primeiro ato de prevenção. Ferreira (1986) declara que o conceito de prevenção é vir antes, avisar; preparar; impedir que se realize; antecipar uma informação; alertar sobre algo; preparar alguém/algo para evitar alguma coisa. Ainda segundo o autor (1986), o termo prevenir tem o significado de preparar: chegar antes de; dispor de maneira que evite (dano, mal); impedir que se realize. Neste sentido, a escola tem uma função importante na prevenção, não somente por ser um local onde crianças, adolescentes e jovens passam grande parte do seu tempo, mas também por ser o período escolar um importante momento de desenvolvimento humano.

A prevenção de drogas nas escolas é uma decisão política e conjunta e deve envolver todos os profissionais da escola, pais e alunos. As capacitações dos profissionais permitem dar ao tema uma perspectiva mais realista e isenta de preconceitos, afim de que percebam que dificilmente existe escola sem problemas relacionados aos diversos tipos de drogas.

A escola tem mais condições de perceber as alterações do comportamento do aluno e agir com coerência e bom senso, sem atitudes levianas e sem cometer injustiças, como querer responsabilizar a droga por tudo que aconteça.

A instituição escolar pode ser um local privilegiado para atingir o adolescente, mas a utilização de fórmulas desgastadas ou os discursos descolados da realidade desse jovens geralmente têm colaborado para o afastamento da maioria deles. O professore têm que procurar caminhos para lidar com os diferentes tipos de problemas e não fazer de conta que não existem ou que são de outra natureza.

As escolas não devem ignorar a problemática das drogas, querendo assim que o seu nome seja preservado na comunidade em que se localizam, esquecendo que a questão da droga não escolhe esta ou aquela escola, mas sim a juventude, onde quer que ela esteja.

Infelizmente, o fazer de conta que o problema não existe ou não falar sobre ele não quer dizer que nesta ou naquela escola a questão da droga não

esteja incomodando ou até tirando noites de sono dos professores, já que eles não conseguem bons resultados, de aprendizagem com os alunos que se envolvem com drogas.

O oferecimento de alternativas é um modelo de prevenção que acredita que drogas têm suas raízes em problemas e tensões sociais enfrentadas pela juventude, que procuraria a droga como escape às pressões e frustrações vividas. Falta de perspectivas no mercado de trabalho, um sistema educacional inadequado e distante da realidade dos jovens, ausência de opções e atividades culturais e fechamento do espaço de participação política são alguns dos fatos associados, nessa teoria, ao abuso de drogas. Assim, esse enfoque difere dos outros por não propor uma intervenção no uso de drogas em si, mas nas condições sociais que se acredita facilitarem o hábito de consumi-las.

2.6.1 A legislação

Segundo Gomes (2015), no Brasil, a primeira lei que tratava especialmente do tema sobre as drogas surgiu com a Lei nº 6.368, de outubro de 1976. Neste ano foi elaborado e promulgado o texto da legislação antitóxica, sob a visão dominante de que a pressão passava a sociedade a sensação de que a imposição de uma lei resolveria o problema do uso de drogas. Neste contexto, o caráter era apenas repressivo, tanto para usuário como para o traficante, nesse sistema a droga se tornava mais importante do que as causas de seu consumo e a dependência de seus usuários.

Na prática esta lei não atingiu o objetivo esperado, não coibindo o uso e abuso de drogas, sendo então promulgada a Lei 10409 de 2002. Este texto buscou conciliar a legislação brasileira com as convenções internacionais que tratavam de forma distinta ao usuário vítima de drogas, e no equilíbrio entre o poder estatal para garantir a saúde pública e os direitos individuais das pessoas detidas para tratamento ou reabilitação, esse tratamento diferenciado dispensado ao usuário vítima, demonstrou uma forte inclinação à descriminalização.

Ainda segundo Gomes 2015, em 2006, a nova Lei nº 11.343/2006^{13, 14} antidroga veio para complementar à lei anterior e ainda de acordo com os movimentos internacionais sobre as drogas, trouxe algumas mudanças

importantes e considerados inovados como: a distinção entre usuário e traficante no âmbito jurídico, a eliminação da pena de prisão para o usuário/dependente, ou seja a posse de drogas para consumo pessoal sofreu redução de carga punitiva, diferenciando o usuário e o dependente de drogas com o intuito de se descobrir a medida alternativa mais adequada em cada caso concreto: advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade ou medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

Outro mérito desta lei é a inserção de políticas preventivas mais sólidas, contemplando ações de assistência e de reinserção social dos usuários de drogas através do SISNAD (Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas).

Na Lei nº 11.343/06, podemos citar alguns incisos dos artigos 3º e 19, que estão relacionados à prevenção e à educação.

At. 3º - O Sisnad tem a finalidade de articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com:

I-A prevenção do uso indevido, atenção e a reinserção social de usuário e dependentes de drogas;

(...)

Art. 19 – As atividades de prevenção do uso indevido de drogas devem observar os seguintes princípios e diretrizes:

(...)

V - a adoção de estratégias preventivas diferenciadas e adequadas às especificidades socioculturais das diversas populações, bem como das diferentes drogas utilizadas;

(...)

X - o estabelecimento de políticas de formação continuada na área da prevenção do uso indevido de drogas para profissionais de educação nos 3 (três) níveis de ensino;

XI - a implantação de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de drogas, nas instituições de ensino público e privado, alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais e aos conhecimentos relacionados a drogas;

(...)

Parágrafo único. As atividades de prevenção do uso indevido de drogas dirigidas à criança e ao adolescente deverão estar em consonância com as diretrizes emanadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda. (BRASIL,2006)

Percebe-se em suma, que houve uma grande evolução sob a visão legalista da questão, verificando – se o equilíbrio dos direitos humanos dos usuário de drogas e as políticas de saúde e segurança públicas. Desde a promulgação da CF/88, é possível observar que as drogas consideradas lícitas pela legislação brasileira (tais como tabaco, as bebidas alcoólicas e os medicamentos) vêm enfrentando restrições tanto ao consumo quanto à divulgação publicitária. As medidas protetivas ganharam espaço na legislação, pode-se justificar essa tendência em função do fracasso de atuações repressivas para combater o uso de drogas.

¹⁵O Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente fala sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – preste a atingir a maioridade –, conectado à Lei sobre Drogas, porque, diariamente, se esta perante situações de atendimento, na esfera judicial e extrajudicial, vinculadas ao uso das drogas.

A legislação de drogas atual também tem diretriz preventiva muitíssimo ampliada – se comparada à legislação anterior (Lei n. 6.368/76). Define políticas públicas de prevenção do uso indevido e de atenção e reinserção social de usuários e dependentes por meio do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (Sisnad), havendo a indicação dos princípios de tal Sistema, destacado o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto aos referentes à autonomia e a liberdade.

A legislação arrola minuciosamente nos artigos 18 e 19 as atividades de prevenção do uso indevido, com a determinação de que devem ser observadas as normas e orientações emanadas do Conselho Nacional Antidrogas (Conad). E, neste item, ressalto, há determinação da Lei sobre Drogas, no capítulo de prevenção, no sentido de que as atividades de prevenção do uso indevido de drogas dirigidas a crianças e adolescentes deverão estar em consonância com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) – ver artigo 19, parágrafo único.

A ação do Estado, conforme a Lei n. 11.343, não é meramente antidrogas, mas sobre drogas, revelando que o Poder Público não pode se ater à repressão unicamente, mas agir anteriormente à questão social que afeta o direito à saúde.

A Lei sobre Drogas trata das atividades de prevenção de uso indevido, definindo como aquelas direcionadas para a redução de fatores de vulnerabilidade e risco e para a promoção e fortalecimento dos fatores de proteção. Uma das diretrizes mais importantes é o reconhecimento do não uso, do retardamento do uso e da redução de riscos como resultados desejáveis das atividades de natureza preventiva.

A política de prevenção também abrange as ações de atenção e de reinserção social de usuários ou dependentes de drogas, dirigidas aos usuários, dependentes e suas famílias, com o objetivo de melhoria da qualidade de vida e de redução dos riscos e danos associados ao uso das drogas.

Assim, há ampla preocupação do legislador nas duas leis tratadas com atitudes profiláticas, não se limitando a tratar as questões (violação ou ameaça de violação de direitos e uso de drogas) a partir da ocorrência das situações que ensejam ações curativas ou repressivas.

A nova legislação sobre drogas está voltada para uma perspectiva diferente da anterior, no que tange ao consumo pessoal de drogas ilícitas. Assim, para quem adquire, guarda, transporta ou traz consigo, para consumo pessoal, drogas, ou para quem, também para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas a preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física e psíquica (artigo 28 e § 1.º), não se tem a visão de delinquente ou criminoso, que deve ter mera atuação repressiva, mas de sujeito de direito e merecedor de atenção especial dos poderes constituídos, diante do estado de vulnerabilidade pessoal, com comprometimento da saúde física e psíquica, e de vulnerabilidade social, ante as necessidades e dificuldades próprias da utilização e dependência das drogas.

A visão do usuário (dependente ou não) é de pessoa em estado de vulnerabilidade social 16, devendo haver atenção voltada à profilaxia, para que não persista no uso, e à atuação curativa, e não meramente punitiva. Não serão atitudes repressoras que resultarão em algo positivo. Parte-se do pressuposto que pessoas nestas condições estão a merecer, antes de repressão, tratamento.

Na linha do Estatuto da Criança e Adolescente, que, em razão do princípio da proteção integral da Constituição Federal, trata os menores de dezoito anos como portadores de condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.

É polemica a questão, tanto para os menores de dezoito anos, quanto para os usuários de drogas, vem baseada na ineficácia do tratamento até então dispensado ao tema, com imposição de punição e reclusão.

Segundo o ECA, a criança e o adolescente são sujeitos em condições peculiares de desenvolvimento, biológica e psicologicamente. A forma que se entende adequada para transformar a conduta dos menores de dezoito anos por meio de punição e substituída pela proposta de modificação do comportamento em relação à visão do mundo que orienta a criança e o adolescente, por meio de processos e medidas de caráter pedagógico.

Para o dependente e usuário a busca é para que haja o tratamento, a aplicação de medidas tendentes à introjeção de valores e modelos para que não ocorra mais o uso, sendo as penas a eles (usuários e dependentes) aplicadas de advertência sobre os efeitos das drogas: prestação de serviços à comunidade (preferencialmente em programas comunitários, entidades educacionais ou assistenciais, hospitais, estabelecimentos congêneres públicos ou privados sem fins

Lucrativos, que se ocupem preferencialmente, da prevenção e do consumo ou da recuperação de usuários e dependentes de drogas - § 5.º do artigo 28) e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo (com possibilidade de imposição para cumprimento por meio de advertência verbal e multa, quando o agente se recuse injustificadamente a executar a medida (PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. SUPERINTENDENCIA DA EDUCAÇÃO. DIRETORIA DE POLITICAS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS. COORDENAÇÃO DE DESAFIOS EDUCACIONAIS CONTEMPORANEOS, 2010).

Gomes (2015) assevera que, a informação, educação e diálogo é o melhor caminho para impedir que adolescentes se viciem, papel dos pais e da escola. Para usuários que ainda não estão viciados, o tratamento recomendado são a psicoterapia e a participação em grupos de apoio. Para combater o vício,

além das terapias são usados medicamentos que reduzem os sintomas da abstinência ou que bloqueiam os sintomas das drogas.

2.6.2 Níveis de prevenção

Segundo a Cartilha de Capacitação de Ações de Prevenções de Drogas (2009), a prevenção ao uso indevido de drogas pode ser classificada em três níveis: Prevenção Universal, Prevenção Seletiva, Prevenção Indicada.

Prevenção Universal: Está dirigida a população em geral (comunidade nacional ou local). O trabalho é feito por mensagens e programas cujos objetivos são prevenir ou retardar o uso nocivo de álcool, tabaco e outras drogas.

Prevenção Seletiva: Está dirigida a subgrupos específicos, ou seja, população de risco para uso de drogas, como: filhos de dependentes, adolescentes em conflito com a lei, jovens que abandonaram a escola, etc.

Prevenção Indicada: Está dirigida a pessoas em fase inicial de uso nocivo de substâncias, que ainda não desenvolveram dependência, mas já apresentam indicativos de problemas em relação ao consumo de álcool e outras drogas, como: baixo rendimento escolar, problemas familiares, de saúde, ocupacionais, etc. outras formas de classificações mais conhecida dos níveis de prevenção são:

Prevenção Primária: É o conjunto de ações que procura evitar a ocorrência de novos casos de uso abusivo de psicotrópicos ou até mesmo um primeiro uso (OMS, 1992). Esse tipo de intervenção pode ser realizado dentro de diferentes enfoques, sendo a divulgação de informações o mais conhecido, onde se incluem modelos que buscam fortalecer atitudes saudáveis e/ou a oferta de alternativas esportivas/culturais; modelos que estimulem a funcionalidade e o reforço da família, na atenção aos filhos; modelos voltados para a modificação do ambiente; das condições e práticas instrucionais; e ainda alguns que visam a sensibilização de lideranças naturais para atuarem como multiplicadores do processo.

Diante da existência de inúmeros modelos de prevenção primária, vale salientar que o critério mais importante para escolher o mais adequado a cada

circunstância e contexto é conhecer e respeitar as características e as necessidades da comunidade onde se pretende atuar.

Prevenção Secundária: É o conjunto de ações que procuram evitar as ocorrências de complicações para as pessoas que fazem o uso ocasional de drogas e que apresentam um nível relativamente baixo de problemas (OMS, 1992).

Essas ações buscam sensibilizar as pessoas a respeito dos riscos, favorecendo a mudança de comportamento através do aprendizado de novas atitudes e escolhas mais responsáveis. Os serviços específicos de prevenção secundária ainda são muito pouco explorados no Brasil, especialmente em função das inúmeras dificuldades relacionadas à implementação desse tipo de intervenção.

Os usuários não dependentes muitas vezes não notam qualquer prejuízo imediato do uso da droga e ainda sentem um imenso prazer em usá-las. Dessa forma, eles não tendem a buscar ajuda em serviços especializados, e dificilmente, são identificados. No caso das drogas ilícitas, o reconhecimento do usuário torna-se ainda mais complicado por tratar-se de um comportamento clandestino.

Prevenção Terciária: É o conjunto de ações que, a partir de um problema existente, procura evitar prejuízos adicionais e/ou reintegrar na sociedade os indivíduos com problemas sérios. Também busca melhorar a qualidade de vida dos usuários junto à família, ao trabalho e à comunidade de forma geral (OMS, 1992).

Na prática, essas ações envolvem o identificar e o lidar com casos emergenciais (como síndrome de abstinência, overdose, tentativas de suicídio, etc.) e/ou com pacientes portadores de problemas que necessitam encaminhamento (hepatite, Aids, cirrose, entre outros). Também envolvem a orientação familiar e o auxílio na reabilitação social dos usuários.

As ações de prevenção terciária muitas vezes se mesclam com as ações inerentes ao tratamento daqueles usuários que buscam ajuda para sua recuperação (CAPACITAÇÃO PRA MULTIPLICADORES DE AÇÕES DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS, 2009)

2.7 O ESTADO DO CEARÁ

O Estado do Ceará está localizado na região Nordeste do Brasil, limitando-se ao Norte com o oceano Atlântico, ao Sul com o Estado de Pernambuco; a Leste com os Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba e a Oeste com o Estado do Piauí. A área total do Estado é de 148.825,6 km², o que equivale a 9,57% da área pertencente à região Nordeste e 1,74% da área do Brasil. Desta forma, o Estado do Ceará tem a quarta extensão territorial da região Nordeste e o 17º entre os Estados brasileiros em termos de superfície territorial.

O Estado é composto por 184 municípios e 843 distritos. A regionalização dos municípios adotada pela Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag) é composta por 8 macrorregiões de planejamento e 20 microrregiões administrativas.

Já a regionalização adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) compreende 7 mesorregiões e 33 microrregiões geográficas regiões estas formadas de acordo com os aspectos físicos, geográficos e de estrutura produtiva. Das mais de 8 milhões de pessoas que vivem no Ceará, 77% delas residem em áreas urbanas. Mais de 99% da população que vive nas áreas urbanas e mais de 93% da população da zona rural têm acesso à energia elétrica em seus domicílios.

Nas cidades, 91% da população têm acesso à água tratada. Com um Produto Interno Bruto (PIB) calculado em mais de R\$ 50 bilhões de reais, o Ceará também possui a terceira maior economia da Região Nordeste do Brasil. Com fortes atrativos turísticos, contando com mais de 2 milhões de visitantes por ano, o setor de serviços é o que compreende a maior parte da riqueza gerada no Ceará: 70,24%. O setor da indústria gera outros 23,57% da riqueza e a Agropecuária 6,19%. Na figura abaixo se pode visualizar a localização do Estado do Ceará no espaço brasileiro.



Figura 5: A localização do Estado do Ceará no Brasil

Fonte: <http://mapas.ipece.ce.gov.br> (Acesso abril de 2017)

O Estado possui 15.926 policiais militares. Desses, 15.440 são homens e apenas 486 são mulheres. O efetivo da polícia civil do Estado apresenta 2.576 policiais, com 1.941 homens e 635 mulheres.

A Polícia Militar possui sete batalhões, sendo um batalhão de choque, um batalhão de segurança patrimonial, um esquadrão de polícia montada, uma companhia de polícia rodoviária, um centro integrado de operações aéreas, uma companhia de polícia do meio ambiente, um pelotão de motos, um PMTUR (turismo).

Delegacias nos 34 distritos policiais (Dps): oito delegacias metropolitanas, 19 delegacias regionais, 25 delegacias municipais e 18 delegacias especializadas.

Dados sobre a Educação básica NO Estado do Ceará, segundo o censo de 2015.

Total de Escolas de Educação Básica		
Total de Escolas	8.196 escolas	Brasil: 188.673
Fonte: Censo Escolar/INEP 2015 Total de Escolas de Educação Básica: 8196 QEdu.org.br		
Matrículas		
Matrículas em creches	141.085 estudantes	Brasil: 2.891.976
Matrículas em pré-escolas	245.249 estudantes	Brasil: 4.964.015
Matrículas anos iniciais	713.505 estudantes	Brasil: 15.699.483
Matrículas anos finais	593.816 estudantes	Brasil: 12.760.184
Matrículas ensino médio	400.480 estudantes	Brasil: 8.628.714
Matrículas EJA	183.275 estudantes	Brasil: 3.592.908
Matrículas educação especial	1.862 estudantes	Brasil: 188.047

Tabela 1: Escolas Básicas do Estado do Ceará

Fonte: Censo Escolar/INEP 2015 Total de Escolas de Educação Básica: 8196 QEdu.org.br

2.8 AS POLITICAS DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS NO ESTADO DO CEARÁ

Apresentam-se aqui os projetos de prevenção desenvolvidos pela Secretaria Especial de Políticas sobre drogas (SPD) do Estado do Ceará, que, desde a sua institucionalização, traz em sua essência o desafio da intersetorialidade e da transversalidade entre as políticas públicas e com o terceiro setor e iniciativas comunitárias na perspectiva da promoção da cidadania. Apresentam-se, ainda, outras prerrogativas da SPD que se referem à promoção e garantia de direitos humanos, à autonomia dos sujeitos e ao cuidado em liberdade.

Essas premissas partem da compreensão complexa do fenômeno contemporâneo do uso problemático de drogas, que exige, então, uma

intervenção integrada, multidisciplinar e ampla, que extrapola o cunho curativo e propõe ações no âmbito da prevenção, acolhimento e tratamento e reinserção social e profissional na busca da garantia de promoção de direitos.

Dessa forma, as diretrizes estratégicas da SPD se constituirão em projetos do âmbito da Prevenção, Acolhimento e Cuidado e Reinserção Social e Profissional que constituem o programa “Ceará na Trilha da Cidadania: promoção de direitos, prevenção e cuidado no uso de drogas”. Quanto ao eixo Prevenção, destacam-se projetos caracterizados como prevenção universal-primária, direcionados ao público em geral que não apresenta necessariamente situação de vulnerabilidade ou uso problemático de drogas; Prevenção seletiva-secundária, que é direcionada a pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco ao uso problemático de drogas; e Prevenção, cujas ações se direcionam a sujeitos em situação de vulnerabilidade que já fazem uso de drogas e visam reduzir os danos relacionados ao uso problemático de drogas e a situação de vulnerabilidade.

Quanto ao eixo Acolhimento e Tratamento, o programa prevê projetos de fortalecimento e ampliação da rede de cuidado quanto ao uso de drogas. Esse fortalecimento se dará em grande parte indiretamente, através da formação de profissionais que atuam na rede, visto que as responsabilidades da coordenação, acompanhamento e execução dos dispositivos da RAPS- Rede de Atenção Psicossocial- é de responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde e das Secretarias Municipais de Saúde do Estado.

No entanto, o Estado contribuirá com o fortalecimento da RAPS a partir dos convênios com as comunidades terapêuticas e da interiorização de serviços, como ampliação dos leitos de desintoxicação em hospitais gerais e, em especial, com a construção de oito complexos regionais, que serão descritos adiante.

O eixo Reinserção Social e Profissional direcionar-se-á, principalmente, a três públicos: internos e egressos de comunidades terapêuticas, onde a reinserção profissional integrará sua Linha de Cuidado; internos e egressos dos Centros Educacionais, atendendo a preocupação do Estado na garantia dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa; e a população de rua, compreendendo que esse público como extremamente vulnerável ao uso problemático de drogas e que ainda se encontram à margem

das políticas públicas e da sociedade, fazendo-se, assim, necessário construir programas e ações direcionados a ele.

Ressalta-se que todos os projetos apresentam um caráter inerente de intersetorialidade, apontando para o apoio do Ministério da Saúde e SENAD; indicando parcerias com outras secretarias, programas e projetos do Governo do Estado e Prefeituras Municipais, em especial a Educação e a rede SUS e SUAS; articulando com os movimentos sociais e valorizando projetos e iniciativas comunitárias. Apresentam-se, então, os programas da SPD que integram o “Ceará na Trilha da Cidadania: promoção de direitos, prevenção e cuidado no uso de drogas”.

Eixo da Prevenção: Os efeitos danosos do uso problemático de drogas lícitas e ilícitas são bastante conhecidos da sociedade moderna: desestruturação familiar, necessidade de acolhimento e tratamento, desemprego, violência, segregação social, dentre outros.

Diante desse preocupante cenário, faz-se necessário propiciar ações que levem a população a desenvolver reflexões acerca da temática no território, desestimulando o consumo e fortalecendo os fatores de proteção social.

Segundo a Política Nacional sobre Drogas (PNAD), as ações preventivas devem ser pautadas em princípios éticos e na pluralidade cultural. Devem levar em conta a promoção da saúde física e mental, individual e coletiva (o bem-estar). Devem ter em vista a integração socioeconômica e a valorização das relações familiares, considerando seus diferentes modelos.

A descrição abaixo apresenta as diretrizes de atuação propostas pela Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas (SPD) neste eixo. Os programas estão inseridos no Sistema Integrado de Prevenção (SIP) da pasta.

Projeto Jogos Elos - Construindo Coletivos

Objetivo: Prevenir o uso de drogas nas escolas e tematizar ações junto à comunidade escolar.

Público-alvo: Crianças de escolas, com idade de 6 a 10 anos, que estejam cursando do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Parcerias: Ministério da Saúde, Secretaria de Educação de Estado do Ceará e Secretarias Municipais de Educação.

Metodologia: Este projeto, financiado pelo Ministério da Saúde, caracteriza-se como uma proposta de prevenção universal/primária ao uso de drogas a ser realizada nas escolas municipais. É um programa com proposta lúdica, que utiliza um jogo de convivência a ser aplicado em sala de aula pelos professores ao longo do ano letivo.

Os jogos produzem uma interação harmônica e cooperativa entre educandos e educadores, estimulando a construção de espaços coletivos e habilidades sociais, como autoconhecimento, autocontrole, autonomia, empatia, escuta, oralidade e tolerância.

O Governo Federal investe na formação dos multiplicadores capazes de capacitar professores das redes públicas. Também investe na rede de pesquisadores que trabalharão no monitoramento e avaliação do programa.

O Estado, enquanto SPD, deve dar apoio a formação dos multiplicadores dos municípios que aderirem ao programa e garantir o material didático para formação e execução do projeto nas escolas. O município deve disponibilizar um coordenador local do projeto e definir os profissionais que integrarão o projeto para o curso de formação.

Projeto Tamo Junto

Objetivo: Despertar habilidades e recursos específicos para que os adolescentes possam lidar com influências sociais (amigos e outros), adquirindo conhecimento sobre drogas e suas consequências para a saúde.

Público-alvo: Adolescentes entre 10 a 14 anos de idade que estejam cursando do 7º ao 9º ano.

Parcerias: Ministério da Saúde, Secretaria de Educação de Estado do Ceará (Seduc) e secretarias municipais de Educação.

Metodologia: Este projeto, financiado pelo Ministério da Saúde, caracteriza-se como uma proposta de prevenção universal/primária ao uso de drogas a ser realizado nas escolas municipais. Em sua metodologia consta a realização de aulas embasadas pela metodologia de jogos, brincadeiras, debates, questionários, informações que visam a redução do consumo regular ou

abusivo de álcool e outras drogas pelos jovens, além da realização de oficinas para os pais, onde busca envolver outros atores sociais relevantes na comunidade na qual a escola está inserida.

Projeto Famílias Fortes

Objetivo: Reduzir os fatores de risco ao uso e abuso de drogas e construir ou fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

Público-alvo: Familiares de adolescentes que estejam cursando do 6º ao 9º ano.

Parcerias: Ministério da Saúde, Secretaria de Educação de Estado do Ceará e Secretarias Municipais de Assistência Social.

Metodologia: Este projeto, financiado pelo Ministério da Saúde, caracteriza-se como uma proposta de prevenção universal/primária ao uso de drogas a ser realizada na comunidade, a partir dos Centros de Referência em Assistência Social-CRAS. Tem como estratégia o acompanhamento familiar, que acontece por meio de encontros semanais dirigidos por um profissional da Assistência Social.

Projeto Fortalecendo Minha Comunidade

Objetivo: Reduzir os fatores de risco ao uso e abuso de substâncias por adolescentes e construir ou fortalecer os vínculos familiares entendidos como fatores de proteção contra o uso de abuso de álcool e outras drogas.

Público-alvo: Moradores da comunidade, com idade superior a 18 anos, que desenvolvem projetos ou ações na comunidade na perspectiva da Promoção da Cidadania e Prevenção do Uso de Drogas.

Parcerias: STDS e secretarias municipais de Assistência Social.

Metodologia: Caracteriza-se como uma proposta de prevenção universal/primária ao uso de drogas a ser realizada na comunidade, a partir dos Centros de Referência em Assistência Social (Cras). Trata-se de um projeto de fortalecimento de atividades e projetos na comunidade na perspectiva da Promoção da Cidadania e Prevenção do Uso de Drogas.

O Estado, enquanto SPD e em parceria com a STDS, financiará os projetos selecionados; formará as pessoas da comunidade responsáveis pelo projeto, bem como os apoiadores municipais na temática de “Promoção da Cidadania e Prevenção do Uso de Drogas” e em “Elaboração e Desenvolvimento de projetos”; acompanhará e monitorará o desenvolvimento e execução dos projetos junto às secretarias municipais de Assistência Social; e realizará mostra estadual dos projetos do “Fortalecendo minha comunidade na Promoção da cidadania e Prevenção do uso de drogas”.

Os municípios que aderirem ao projeto, a partir das secretarias municipais de Assistência Social, devem garantir um coordenador local para acompanhamento do projeto; mapeará projetos e atividades comunitárias na perspectiva da “Promoção da cidadania e Prevenção do uso de drogas”; se responsabilizará pelo lançamento do edital em nível municipal; acompanhará, localmente, o desenvolvimento e execução dos projetos selecionados.

Projeto Juventude em Ação

Objetivo: Prevenir o uso problemático de drogas, bem como reduzir os danos relacionados ao uso de drogas junto aos jovens em situação de vulnerabilidade e inseridos em contexto de violência.

Público-alvo: Jovens, a partir de 14 anos, estudantes do ensino médio, em situação de vulnerabilidade e inseridos em contexto de violência.

Parcerias: STDS, Secult, Coordenadoria de Juventude, Secretaria Nacional de Juventude, conselhos municipais e estadual de Juventude; Programa Ceará Pacífico.

Metodologia: Caracteriza-se como uma proposta de prevenção seletiva/secundária e indicada/terciária ao uso de drogas a ser realizada junto a jovens em situação de vulnerabilidade e inseridos em contexto de violência. Trata-se de cursos profissionalizantes e de formação de direitos humanos direcionados a esses jovens. As áreas de atuação dos cursos serão de interesse do público jovem e estarão relacionadas a atividades de promoção de arte e cultura. Também serão inseridos temas nas formações acerca de direitos humanos, uso de drogas e contexto da violência.

O Estado, enquanto SPD, em parceria com a STDS, Secult e Coordenadoria de Juventude, realizará cursos profissionalizantes de área previamente selecionadas e de formação de direitos humanos. As áreas de interesse dos jovens serão identificadas a partir do contato com os conselhos de Juventude e demandas identificadas em dispositivos das políticas públicas do Estado.

Eixo Do Acolhimento e Tratamento: Quando o indivíduo passa a utilizar de forma problemática drogas lícitas ou ilícitas, o mesmo precisa receber atenção articulada pelas entidades públicas, de forma a garantir sua recuperação ou limitação dos danos.

Conforme a Política Nacional sobre Drogas, o Estado deve estimular, garantir e promover ações para que a sociedade (incluindo os usuários, dependentes, familiares e populações específicas) possa assumir, com responsabilidade ética, o tratamento, a recuperação e a reinserção social, apoiada técnica e financeiramente, de forma descentralizada, pelos órgãos governamentais, nos níveis municipal, estadual e federal, pelas organizações não-governamentais e entidades privadas.

A oferta de cuidado precisa, também, ser diversificada. Não se trata apenas de separar o usuário do consumo da droga ou tratar a intoxicação. Trata-se, também, de protegê-lo das situações de vulnerabilidade. Faz parte do cuidado, ajudá-lo a reconstruir alternativas que lhe façam pensar e sentir que a vida vale a pena.

A descrição abaixo apresenta diretrizes de atuação propostas pela Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas (SPD) neste eixo.

Projeto Corre Pra Vida

O Projeto Corre Pra Vida consiste na implantação de um ponto de acolhimento e abordagem (contêiner) para a população em situação de rua ou em outros contextos de vulnerabilidade social que faz uso de drogas, visando reduzir os danos do uso de drogas e promover os direitos e a inserção nas políticas públicas de saúde.

Em 2015, foi implantada a primeira unidade do projeto no Ceará, ocupando espaço no Oitão Preto, atendendo uma das áreas de maior

contingente populacional em situação de rua, dentro do território prioritário do Pacto pelo Ceará Pacífico: o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e seu entorno, que apresenta contexto de intensa vulnerabilidade social e indicadores significativos de violência.

O contêiner é instalado em uma área da cidade próxima a locais de uso de drogas e de acesso à população de rua e/ou vulnerabilidade. O equipamento funciona de segunda a sábado, servindo de ponto de apoio e suporte para a atuação da equipe de profissionais interdisciplinares e redutores de danos.

Os profissionais estão disponíveis aos usuários para acolher suas demandas, realizar atendimentos psicossociais e fazer encaminhamentos necessários aos serviços das Redes.

O equipamento oferta, também, aos usuários o acesso ao sanitário e ao chuveiro para o banho, bem como insumos de higiene e de saúde. O objetivo é que os usuários possam se movimentar de um lugar de invisibilidade na sociedade e à margem dos direitos para um caminho na trilha da Cidadania.

Objetivo: Promover a ressocialização, a partir da redução de danos, promoção de direitos e acesso a políticas públicas de pessoas em situação de rua.

Público-alvo: Pessoas em situação de rua de centros urbanos do Estado.

Parcerias: Sesa, STDS, secretarias municipais de Saúde e Assistência Social, Senad.

Metodologia: Caracteriza-se como uma proposta de reinserção social a pessoas em situação de rua. Trata-se de um equipamento a ser instalado em centros urbanos do Estado, onde identifique um público significativo de pessoas em situação de rua, com uma equipe de atendimento específico. O equipamento refere-se a um contêiner que conterà um banheiro com chuveiro e sanitário para acesso das pessoas atendidas no projeto e uma sala de atendimento para a equipe. A equipe atuará na abordagem de pessoas em situação de rua, em especial aquelas que fazem uso de drogas, na perspectiva da redução de danos, visando promover direitos e articular a rede SUS e SUAS, de acordo com as necessidades desses sujeitos, construindo, assim, progressivamente, possibilidades de saída de rua. Além da abordagem e atendimento dos sujeitos e articulação com a rede o Corre pra Vida oferecerá

banheiro para higiene pessoal dos sujeitos e insumos como kit higiene e preservativos.

Projeto Rede de Formação sobre Drogas

Objetivo: Articular a atuação dos CRRs do Estado a fim de garantir a cobertura da formação sobre drogas aos profissionais das redes SUS e SUAS, rede de comunidades terapêuticas e demais redes do Estado do Ceará.

Público-alvo: Profissionais da Rede SUS e SUAS, Rede de Comunidades Terapêuticas e demais redes do Estado do Ceará.

Parcerias: CRRs, Universidades Públicas do Estado, Senad e MS.

Metodologia: Caracteriza-se como uma proposta de fortalecimento da Rede de Tratamento sobre Drogas do Estado, a partir da formação dos profissionais das diferentes redes e serviços que atuam diante dessa questão.

A SPD deverá coordenar, regular e acompanhar as formações realizadas pelos CRRs do Estado; deverá construir um alinhamento pedagógico junto aos CRRs; complementar a formação no Estado nos possíveis vazios formativos; pesquisar e avaliar os processos formativos e seus impactos.

Projeto Dialogando com a vida: Aprendendo a cuidar de si para cuidar do outro

Objetivo: Oferecer aos profissionais da rede de atenção ao usuário de álcool e outras drogas do Estado do Ceará espaços de cuidado para promover a estima individual e coletiva.

Público-alvo: Profissionais da Rede de Atenção ao Usuário de Álcool e outras Drogas do Estado do Ceará.

Parcerias: Sesa, Rede de Comunidades Terapêuticas, secretarias municipais de Saúde e Assistência.

Metodologia: Caracteriza-se como uma proposta de fortalecimento do acolhimento e tratamento da Raps, a partir do fortalecimento e cuidado aos profissionais que atuam nessa rede. Trata-se da formação de atores em nível municipal que serão cuidadores da rede. Esses cuidadores formados atuarão na promoção de atividades de cuidado, na perspectiva das práticas integrativas

e complementares, junto aos profissionais que atuam na Raps no cuidado a pessoas com uso problemático de drogas.

A formação desses profissionais, cuidadores da rede, deverá ser multiplicada em nível municipal junto aos profissionais que atuam na Raps e outros serviços que integram a rede de cuidado a pessoas com uso problemático de drogas.

A metodologia utilizada na formação será a Ciranda da Vida, que trabalha a interação indivíduo e contexto, alicerçada em cinco (5) eixos teóricos: enfoque sistêmico, teoria da comunicação, antropologia cultural, pedagogia de Paulo Freire e conceitos de resiliência. Será realizado um encontro mensal de, aproximadamente, 2 horas de duração para aplicação da metodologia da Ciranda da Vida, que integra vivências terapêuticas reflexivas e corporais. Em sua metodologia consta a realização de aulas embasadas pela metodologia de jogos, brincadeiras, debates, questionários, informações que visam a redução do consumo regular ou abusivo de álcool e outras drogas pelos jovens; além da realização de oficinas para os pais, onde busca envolver outros atores sociais relevantes na comunidade na qual a escola está inserido.

O Estado, enquanto SPD, realizará a formação dos cuidadores da rede, a partir da metodologia Cirandas da Vida e acompanhará a execução do projeto em nível municipal.

Os municípios que aderirem ao projeto, a partir das secretarias municipais de Saúde e Assistência social, deverão disponibilizar profissionais da Rede e SUS e SUAS do município para participarem da formação e atuarem como cuidadores da Rede.

Projeto Adolescente: sujeito saudável e de direitos

Objetivo: Garantir o tratamento e acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida nos Centros Educacionais quanto ao uso de drogas.

Público-alvo: Adolescentes em cumprimento de medida nos Centros Educacionais.

Parcerias: Sesa, STDS e secretarias municipais de saúde.

Metodologia: Caracteriza-se como uma proposta de fortalecimento do acolhimento e tratamento de adolescentes em cumprimento de medida nos

Centros Educacionais quanto ao uso de drogas. Trata-se da formação e contratação de equipes matriciadoras volantes que atuarão nos Centros Educacionais junto aos adolescentes, aos monitores e às equipes técnicas. Essa equipe matriciadora da SPD realizará oficinas sobre a temática junto aos adolescentes; realizará formação acerca da prevenção e cuidado ao uso de drogas junto aos monitores e equipe técnica dos centros educacionais; apoiará, junto à equipe das instituições, o acompanhamento e condução de casos envolvendo o uso de drogas; articulará a rede SUS e SUAS para acompanhamento e suporte aos casos.

Projeto Sementes do amanhã

Objetivo: Contribuir no tratamento e acompanhamento de casos de gestantes e puérperas usuárias de drogas

Público-alvo: Gestantes e puérperas usuárias de drogas acompanhadas na Rede de Atenção Primária e Maternidades.

Parcerias: Sesa - serviços e profissionais integrantes da Rede Materno Infantil, secretarias municipais de Saúde (Atenção Primária em Saúde e Maternidades).

Metodologia: Caracteriza-se como uma proposta de fortalecimento do acolhimento e rede de cuidado e tratamento de gestantes e puérperas usuárias de drogas acompanhadas na Rede de Atenção Primária e maternidades. Trata-se de processos formativos direcionados a profissionais integrantes da Rede Materno Infantil do Estado na temática de drogas e no acolhimento e cuidados a gestantes e puérperas usuárias de drogas. Além disso, será fornecido apoio técnico na construção de fluxos e uma Linha de Cuidado a esse público em parceria com os serviços de saúde onde são acompanhadas. A SPD, em parceria com CRRs, garantirá a formação desses profissionais. Junto à Sesa, construirá uma Linha de Cuidado para esses casos.

Projeto Acolhe Ceará

Objetivos: Proporcionar a regulação das vagas conveniadas com entidades que prestam serviços de atenção em regime de acolhimento

voluntário. As Comunidades Terapêuticas, oferecem cuidado para adultos e adolescentes com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas no âmbito do Estado do Ceará.

Público Alvo: Pessoas com uso problemático de drogas, identificadas nas Raps, com necessidade de internação.

Parcerias: Rede de Comunidades Terapêuticas, Rede de Atenção Psicossocial (Raps), prefeituras municipais, Sesa, Centro de Referência sobre Drogas (CRD) e Senad.

Metodologia: Caracteriza-se como uma proposta de fortalecimento do acolhimento e tratamento de pessoas com uso problemático de drogas, identificadas nas Raps, com necessidade de internação.

Trata-se da abertura de vagas de internação em CT, a partir de convênio com a SPD, acompanhamento e monitoramento das CT's conveniadas pelo Estado e contratadas pelo Senad que atuam em âmbito estadual. Cabe, ainda, acompanhar a atuação das não conveniadas que atuam no âmbito estadual e regular seu funcionamento; realizar alinhamento técnico na organização, oferta de serviços, atuação dos profissionais e processos de acompanhamento e, ainda, realizar avaliação da atuação das CT's.

Núcleo de Atendimento

O Núcleo de Atendimento busca oferecer atendimento especializado à pessoa em uso/abuso e dependência e/ou seus familiares, com o objetivo de orientar e encaminhar para os serviços especializados e vagas conveniadas nas comunidades terapêuticas, observando a especificidade de cada caso. Poderá ser realizado por três modalidades:

A) Acolhimento Presencial – No espaço físico do Centro de Referência sobre Drogas, o CRD contará com uma equipe especializada para orientar e encaminhar para a Rede Assistencial do Estado do Ceará. Horário de funcionamento: 8 às 17 horas.

B) Tele atendimento – Orientação a usuários e familiares, informações sobre rede de tratamento e vagas pelo 0800-2751475. Horário de funcionamento: 8 às 17 horas.

Público	Número de Vagas conveniadas pelo Governo do Estado do Ceará	Nº de Vagas contratadas pela SENAD	Total
Adultos do Sexo Masculino	214	330	544
Adultos do Sexo Feminino	25	75	100
Adolescentes do Sexo Masculino	***	17	17
Adolescentes do Sexo Feminino	***	05	5
Total	239	427	666

Tabela 2: Resumo das vagas que fazem parte do sistema Acolhe Ceará. Distribuição de vagas nas Comunidades Terapêuticas – Ceará – 2015

Fonte: Centro de Referências sobre drogas

Fonte: Centro de Referências sobre drogas (CRD). (Acesso em Abril de 2017).

2.8.1 Centro de Referência sobre Drogas – CRD – Ceará

O Centro de Referência sobre Drogas (CRD) foi inaugurado no dia 18 de dezembro de 2014. Foi criado como uma unidade ambulatorial de referência vinculada ao organograma da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará (Sesa), a partir do Decreto nº 31.531, de 14 de Julho de 2014.

A sua implantação se tornou possível devido à assinatura de um Termo de Cooperação Técnica entre a Assessoria Especial de Políticas sobre Drogas (AESPD), vinculada ao Gabinete do Governador, e a Secretaria de Saúde do Estado do Ceará (Sesa).

O Termo de Cooperação Técnica, assinado no dia 1º de março de 2014 e publicado no Diário Oficial no dia 21 de março de 2014, descreve que o CRD visa à execução de ações integradas para o enfrentamento ao uso de álcool e de outras drogas, integrando as políticas públicas setoriais e a sociedade civil, permeando ações de prevenção, fortalecimento da atenção integral aos usuários e suas famílias e de reinserção social.

Para isso, a Sesa se responsabilizou por disponibilizar servidores em número suficiente para a demanda e arcar com o material de expediente,

material de consumo e despesas de custeio para a operacionalização de atividades.

A AESPD celebrou convênio com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) para a estruturação do CRD, bem como a aquisição de Unidades Móveis (UM) para a prevenção e orientação sobre drogas; fiscalizar a execução dos contratos celebrados entre a Sesa, Senad e as entidades responsáveis pelos serviços de acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependentes de substâncias psicoativas, mediante necessário acompanhamento do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas; implantar Sistema de Acompanhamento e Controle de ocupação de vagas contratadas, sem prejuízo das autonomias e obrigação das entidades e implantar, executar e acompanhar os seguintes serviços:

- Núcleo de Atendimento
- Núcleo de Capacitação
- Núcleo de Prevenção
- Observatório Regional sobre Drogas
- Salas para Grupos de Mútua Ajuda
- Unidades Móveis de Prevenção e Orientação sobre Drogas

Essa iniciativa favoreceu o acesso à informação e a assistência às famílias, crianças, adolescentes e adultos que se encontram em situação de vulnerabilidade social pelo uso/abuso ou dependência de drogas.

O CRD desenvolve ações de informação, capacitação continuada para profissionais das secretarias estaduais ou municipais e outros que atuem na atenção básica, priorizando o público das áreas de assistência social, saúde, educação e segurança pública. Inclui, também, a integração dos grupos de ajuda mútua. Todas as ações deverão estar em consonância com a Política Nacional sobre Drogas (PNAD) e em articulação com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad).

Assim, o CRD tem por missão contribuir na construção de uma sociedade mais integrada em suas ações intersetoriais, facilitando a execução das políticas públicas sobre o álcool e outras drogas. Para cumprir com sua missão institucional, o CRD tem por objetivo geral integrar as políticas públicas sobre o uso de álcool e outras drogas, promover ações intersetoriais de prevenção,

acolher e encaminhar usuários e seus familiares para a rede assistencial, capacitar colaboradores e fomentar a geração de pesquisas, criando dados epidemiológicos no Estado do Ceará.

A partir de 1977, no Brasil, foi amplamente discutido a questão da prevenção ao consumo de drogas no currículo escolar. Isto aconteceu através da elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais que são documentos produzidos pelo MEC com a finalidade de apoiar os debates pedagógicos nas escolas, a elaboração de projetos educativos, o planejamento das aulas, a reflexão sobre a prática educativa e a análise do material didático.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais regulamentaram a inclusão de temas transversais no currículo justificando o seguinte:

O compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental. (PCNs, 1997, p. 32)

Diante disso é necessário um conhecimento apurado sobre a problemática das drogas em nossa sociedade mais propriamente na escola. Esse conhecimento propicia, ao menos, dois movimentos reflexivos que os professores e pais devem considerar. O primeiro diz respeito ao processo de problematização que se deve realizar sobre o uso das drogas sobre drogas lícitas e ilícitas. Outro aspecto-chave é a necessidade de reconsiderar o que são usuários de drogas.

Em geral, o preconceito prevalece sobre os usuários em geral. No entanto é o momento de se reavaliar essa postura, pois diante da multiplicidade de uso de drogas deve-se olhar para esses usuários de acordo com as circunstâncias em que se encontram assim, pode-se pensar em prevenção.

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

O homem possui a capacidade de pensar e sempre procurou compreender sua realidade. O método científico surgiu desta necessidade, caracterizado principalmente pela racionalidade técnica do positivismo que priorizava informações estritamente quantitativas. De acordo com Thiollent (2006), esta abordagem não respondia às questões subjetivas, às situações problemáticas surgidas no contexto social onde a pesquisa objetiva não conseguia solucionar e até mesmo ignorava.

3.1 A TIPOLOGIA DA PESQUISA NESTE ESTUDO

Segundo Minayo (1994), ao se desenrolar uma proposta de investigação ou até mesmo no desenrolar das etapas de uma pesquisa, vamos reconhecendo a conveniência e a utilidade dos métodos disponíveis, face ao tipo de informações necessárias para se cumprirem os objetivos do trabalho.

Essa pesquisa caminha para o universo de significações, motivos, atitudes, crenças, aspirações e valores. Esses são conjuntos de dados considerados qualitativos. O uso do método qualitativo se justifica por se uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social, o que favorece compreender aspectos subjetivos cujos dados não podem ser colocados em outros métodos devido à complexidade que encerram. Ainda para Minayo (1994):

É no campo da subjetividade e do simbolismo, que se afirma a abordagem qualitativa. A compreensão das relações humanas com os significados que os animam é radicalmente diferente dos agrupamentos dos fenômenos sob conceitos gerados pelas experimentações. A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se movimenta com empatia aos motivos, as intenções, aos projetos dos atores a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas. No entanto, não se assume aqui a redução da compreensão do outro e da realidade a uma compreensão introspectiva em si mesmo.

É por isso que, na tarefa epistemológica de delimitação qualitativa, há de se superar tal ideia, buscando uma postura mais dialética, que revele a interação entre sujeitos e realidade social. O material primordial da investigação qualitativa é a palavra que expressa a fala cotidiana, seja nas relações afetivas e técnicas, seja nos discursos intelectuais, burocráticos e políticos (MOURA, 2014).

3.2 O MÉTODO

O método utilizado neste estudo foi o estudo de caso. Trata-se de uma abordagem metodológica de investigação para um universo de significações, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores. Esses são conjuntos de dados considerados qualitativos, especialmente adequados quando se procura compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores.

Na Educação, o estudo de caso aparece nas décadas 60 e 70 apenas como estudo descritivo de uma unidade: uma escola, um professor, uma sala de aula.

Para André, (2005), o estudo de caso não é um método específico de pesquisa nem uma escolha metodológica, mas uma forma particular de estudo e uma escolha do objeto a ser estudado. É fundamental conhecer o que se aprende ao estudar o caso, sendo necessário um estudo da particularidade e da complexidade de um caso singular, o que leva a entender sua atividade dentro de importantes circunstâncias.

Assim, Yin define estudo de caso:

Com base nas características do fenômeno em estudo num conjunto de características associadas ao processo de recolha de dados e às estratégias de análise dos mesmos. Assim sendo o estudo de caso se define como a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro do contexto da vida real, de cunho particular, que se detém sobre uma situação específica, que se conjetura de maneira única ou especial em determinados aspectos, buscando descobrir sua essência e características para elucidar o fenômeno investigado. (YIN, 2005, p.32)

Na perspectiva de Merriam (1988, apud André 2005), o conhecimento gerado a partir do estudo de caso é diferente do conhecimento gerado a partir de outras pesquisas porque é mais concreto, mais contextualizado, mais voltado para a interpretação do leitor e baseado em populações de referência determinadas pelo leitor. Além disso, a autora explica que o estudo de caso qualitativo atende a quatro características essenciais: particularidade, descrição, heurística e indução.

A primeira característica diz respeito ao fato de que o estudo de caso focaliza uma situação, um fenômeno particular, o que o faz um tipo de estudo adequado para investigar problemas práticos. A característica da descrição significa o detalhamento completo e literal da situação investigada.

A heurística refere-se à ideia de que o estudo de caso ilumina a compreensão do leitor sobre o fenômeno estudado, podendo “revelar a descoberta de novos significados, estender a experiência do leitor ou confirmar o já conhecido” (ANDRÉ, 2005, p.18).

A indução significa que, em sua maioria, os estudos de caso se baseiam na lógica indutiva. Lüdke e André (1986) e Triviños (1987), enfatizam as características do estudo de caso como estudos que partem de alguns pressupostos teóricos iniciais, mas procuram manter-se constantemente atentos a novos elementos emergentes e importantes para discutir a problemática em questão. Diante do exposto, o pesquisador entende que o estudo de caso como uma estratégia de pesquisa é o método adequado para a pesquisa em tela.

3.3 OS SUJEITOS DA PESQUISA

Participaram da pesquisa 2 gestoras, e 4 professores, 4 mães de alunos, que se dispuseram a participar da pesquisa.

3.4 A COLETA DE DADOS

A finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão (MOURA, 2014).

Neste sentido, o pesquisador utilizou como coleta de dados a entrevista semiestruturada. A entrevista forneceu ao pesquisador subsídios para o desenvolvimento da pesquisa, clarificando opiniões, certezas e incertezas dos entrevistados acerca do tema da dissertação: Práticas Educativas na Prevenção de Drogas na Escola: Caminhos a percorrer entre estudantes adolescentes.

Destaca-se que, dentro dos aspectos éticos, preservou-se o anonimato dos entrevistados, o qual utilizar-se, as siglas, E G1, e G2 para se referir às gestoras. E3, E4, E5, E6, para referir aos professores, e M1, M2, M3, M4, para se referir às mães entrevistadas.

CAPITULO IV: AS ANÁLISES DOS DADOS

4.1 ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE DOS DADOS

Desenvolveu-se a análise dos dados à luz de todo o referencial teórico já estudado e as técnicas de análise de conteúdo que, segundo Bardin, consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (o eventualmente, de recepção), inferência esta que ocorre a indicadores (quantitativos ou não). (BARDIN, 1991, p. 38)

Diante do exposto, pode-se afirmar que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados.

Como afirma Chizzotti (2006, p. 98), “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”.

4.2 AS ENTREVISTAS

4.2.1 A fala dos professores

1) Qual é a sua visão sobre o problema de drogas na adolescência?

“O problemas das drogas é sério, grave, aumenta a violência [...] aumenta a violência porque o uso está relacionado a roubo; eles matam, destroem famílias, a própria família”. (E3)

“O problema das drogas é preocupante, porque são nossos jovens, nosso futuro. Então, a gente tem que realmente se preocupar com a prevenção”. (E5)

“Está preocupante. Estamos perdendo os nossos adolescentes para as drogas” (E4)

“É um problema que se alastrou [...] É realmente uma coisa preocupante, muito preocupante”. (E6)

Analisando a dala dos professores entrevistados, pode-se perceber a grande preocupação na questão da disseminação das drogas entre os adolescentes. O fenômeno da drogadição se está disseminando em todas as camadas sociais e aglomerados populacionais.

Esse problema afeta tanto o rico quanto o pobre, as pessoas do campo e da cidade, e os males trazidos pelas drogas se alastram em velocidade e proporções nunca antes vistas. Para Sousa (2013), é preciso agir sem trégua e não com ações pontuais, mas via Prevenção Primária, pois além de ser voltada para o público em geral, ela dá ênfase aos grupos populacionais ainda não atingidos (de forma mais grave) pelo problema das drogas em especial o adolescente.

A Prevenção Primária às drogas deve ser levada a cabo, sobretudo pelas políticas educacionais, imbricando-se as mesmas como componente indispensável e não como complementar.

Não há no aparelho estatal brasileiro em geral, e piauiense em particular, nenhuma instituição que aglomere tantos jovens que as escolas. Isto, por si só já se apresenta como um elemento que auxilia as atividades de prevenção ao uso e abuso de substâncias psicoativas, visto que, se a família, que é núcleo fundamental da sociedade, não é um espaço tão fácil de se intervir quando o assunto é relações interpessoais, a escola compensa esse entrave, essa dificuldade. Nela as políticas públicas podem atuar mais livremente e de forma mais intensa. Silva e Silva afirmam que:

Quando nos perguntam de quem deve ser a responsabilidade da prevenção ao consumo de drogas, não há a menor dúvida em responder: Todos, todos nós devemos fazer parte do programa de prevenção. Cada um no seu devido momento e com a competência de que dispõe. Os pais como educadores naturais, devem praticar a prevenção através de suas atitudes, mudanças de paradigmas e diálogos, orientando seus filhos desde a infância para os riscos que ocorrem quando fazem uso inadequado de drogas. Os professores, como educadores profissionais, além de sua postura, são responsáveis pelas informações científicas e

pelo desenvolvimento de programa de prevenção em suas escolas. (SILVA; Silva, 2002, p.21)

Pode-se dizer que a prevenção do abuso de drogas é a luta por uma vida saudável, prática importante para os jovens que deve incluir a família, a escola, a comunidade e ainda a mídia. Porém, tal medida exige uma difícil mas possível articulação dos serviços sociais, educacional e de saúde, numa visão multidisciplinar e como responsabilidade, também, da sociedade.

Partindo do fato de que o alvo da droga tem sido principalmente os adolescentes se há de convir que a escola, como um dos principais espaços concretos na vivência dos adolescentes, se vê frente a frente com essa nova realidade por um lado habitual, mas por outro perigoso.

Freitas (2000) assevera que o adolescente é extremamente vulnerável aos apelos oriundos do mundo das drogas em virtude das modificações pelas quais passa o seu mundo interno. Todas essas transformações, tanto a nível psíquico quanto corporal, o levam com facilidade para o fascinante, mas também prejudicial e podendo ser mortífero mundo das drogas.

No entanto, Moura (2013) afirma que os adolescentes formam um segmento vulnerável, no que concerne ao uso e abuso das drogas. Para a autora, as drogas mais variadas estão em nossa realidade cotidiana, não havendo como negar sua existência e seu uso social para diversos fins. O que nos faz pensar que um programa de prevenção ao uso/abuso de drogas, já no início das séries do ensino fundamental, o que se acredita, seria de extrema importância.

Os caminhos para se chegar ao objetivo de diminuir os riscos associados ao uso de drogas são bem distintos dos recomendados pelos defensores de um mundo livre das drogas. Enquanto este último declara que seus principais instrumentos são o temor às punições impostas pela lei e normas institucionais e o constrangimento moral, a prevenção voltada à diminuição de danos aposta na capacidade de discernimentos do cidadão bem formado e informado e na possibilidade de que os próprios usuários recreativos e causais, que queiram continuar usando drogas,

possam aprender a consumi-las de maneira mais segura possível (pequena frequência, pequenas doses, situações seguras, etc.). Em termos de ações concretas, o enfoque de diminuição de riscos viabiliza-se, na prática escolar, por cinco modelos básicos: conhecimento científico, educação afetiva, oferecimento de alternativas, educação para a saúde e modificação das condições de ensino. (COTRIM-CARLINI, 1998, p.26)

Sabe-se que o rumo certo para a prevenção ao uso de drogas não passa basicamente pela repressão. É importante evitar, na didática da prevenção, atitudes moralistas e repressivas. Mais considerável e eficiente do que ostentar proibições, que em suma não serão obedecidas, é oferecer alternativas para que os adolescentes possam encontrar saídas às suas reais necessidades de viver experiências significativas e de compartilhá-la com seu grupo.

2) Existe algum programa de prevenção na escola onde você leciona?

Um projeto ou programa de prevenção ao uso de drogas na escola garante que os alunos recebam informações corretas e não preconceituosas, considerando ainda a questão emocional da questão. Além, de atender a inquietação própria dos adolescentes, sem deixar de estabelecer limites claros (GOMES, 2015). Os professores participantes assim disseram:

“Um programa propriamente dito não existe, mas nós, professores, principalmente do ensino médio, fazemos palestras, trazemos pessoas que trabalham com drogas (do Centro de Referência) para conversar com eles”. (E4)

“As ações desenvolvidas aqui se aproximam da realidade da escola. Procuramos incluir o jovem em qualquer atividade preventiva ou cultural que é implantada na escola >Um programa de prevenção ao uso de drogas na escola é importante porque, se o aluno não tem essa orientação, a escola tem o papel de modificar e fora da escola”. (E6)

“Embora não tenhamos oficialmente programas de prevenção, veja que a maneira mais viável para trabalhar a prevenção contra

as drogas com os adolescentes seria a que se aproxima da realidade e da linguagem deles. Neste sentido, torna-se necessário criar estratégias para atingi-los.” (E3)

“Vejo como um fator importante para pôr em prática programas de prevenção no ambiente da escola, que pretendem recuperar a capacidade interna pessoal dos alunos em produzir estados de novos níveis de desejo e expansão que contribuam para o desenvolvimento pessoal, trabalhando ao mesmo tempo contra a falta de consciência dos problemas de ordem social. Também é indispensável a que a escola crie oportunidades para que os alunos participem de atividades artísticas e esportivas. Procuramos trabalhar com dinâmicos filmes, como forma de mostrar a eles os perigos das drogas, mas muitos trazem sua história, seus pais e irmão são viciados, aí fica muito difícil.” (E5)

Importante destacar que a parceria das escolas com a família é fundamental na prevenção ao uso de drogas em vários aspectos. A família tem papel primordial na educação formal e emocional de seus filhos. A maioria dos pais não sabe quando, como e o que falar para seus filhos, Gomes (2015) diz que a escola, como mediadora nesse processo, pode auxiliá-los, informando-os sobre as drogas, esclarecendo sobre o papel deles na prevenção e ainda sugerindo dicas práticas de atitudes a serem tomadas.

Deparados com essa situação, é muito importante atentar para o detalhe de evitar troca de acusações entre a família e a escola, e sim intensificar a união desse dois ambientes de educação. Para Wânier:

Quando se aponta para a aliança escola-família na prevenção do uso indevido de drogas está implícita uma unidade social necessária à consolidação de forças mais integradas para o desenvolvimento de um projeto educacional que tem como meta a formação para a cidadania. (Wânier, 2005, p.83)

Neste sentido entende-se que os fatores de risco ou de proteção associados ao uso de drogas por adolescentes não são determinantes, podem aumentar ou diminuir, as chances para o uso de drogas em diferentes intensidade, porém não é a certeza do uso e abuso, nem inclusive dos prejuízos causados por ela.

Quando a questão ao risco de usar drogas está relacionada à família conclui-se que está associado, de forma combinada, a fatores como ausência

de união entre pais e filhos, envolvimento materno insuficiente, práticas indisciplinadas, entre outros.

Os principais fatores de risco para o início do uso de droga são a) ambiente familiar desestruturado: onde a violência e o desrespeito são comuns e frequentes, por exemplo; b) acompanhamento parental insuficiente: os pais têm pouco interesse nas atividades desenvolvidas pelos seus filhos, não conhecem amigos nem o desempenho escolar deles; c) falta de vínculos afetivos: dificuldade para o diálogo e expressão dos afetos e da emoção; d) comportamento inapropriado e agressivo em sala de aula: esses são indicativos de dificuldades de adaptação, de relacionamento saudável com os colegas e de tolerância à frustração; e) desempenho escolar ruim: tal fato pode ser resultado de uma baixa autoestima gerando mal-estar e angústia; f) dificuldade para resistir à oferta de drogas: devido a uma personalidade insegura e mais suscetível; g) pressão do grupo: uso de droga tolerada pelo ambiente que circunda (escola, clube e pais): falta de regras claras sobre o uso de drogas; h) qualidade de vida deficiente: quanto tudo nos é oferecido, nos falta sentimento de conquista e de realização. Por outro lado, quando tudo nos falta (casa, família, educação, saúde...), qual a perspectiva de vida que podemos ter?; i) disponibilidade de drogas: ter facilidade de acesso às drogas também aumenta as possibilidades de uso. Não é uma mera coincidência o fato de o álcool ser a droga mais consumida no mundo. (AKEI,2002, p.33)

Alguns pais consideram que, no momento em que seus filhos entram nessa nova fase escolar, em que a educação traz a eles mais responsabilidades e autonomias e ainda quando se inicia a adolescência não precisam mais dos pais, de quem se afastam, e eles não acompanham mais os méritos e conquistas dos filhos. Entretanto, é exatamente nesse período que os jovens estão mais suscetíveis durante toda a vida para aumentar a autoestima e a autoconfiança deles, que, como se sabe, são fatores de proteção para o uso de drogas.

Em suma, todos concordam que a escola deve explorar e incentivar as abordagens preventivas no ambiente escolar como sendo a melhor maneira de lidar com o problema das drogas na escola.

Os professores participantes reconhecem a necessidade de se abordar o tema, entretanto, repassa essa responsabilidade a terceiros, pessoas de fora da comunidade escolar, recorrem como, por exemplo, a palestras. De maneira geral, os alunos devem participar para posteriormente realizar uma discussão

em sala de aula, porém, por tratar-se de uma participação arbitrária, não traz resultados satisfatórios.

A escola deve fornecer subsídios para a formação docente, preparando o professor para atuar efetivamente na sala de aula assuntos de ordem social, entre eles, as drogas. Os professores elegem que o nível de exigência é incompatível com a formação que tiveram e com a formação continuada. (WÂNIER, 2005, p. 130)

Os professores entrevistados consideram ainda que cabe à escola a função de atrair os pais até ela, cobrando a participação dos mesmos nestas questões.

4.2.2 As respostas das gestoras

1) Na opinião das Senhoras: como a escola deve agir frente ao uso de drogas entre estudantes e adolescentes?

Apresenta-se a opinião das gestoras:

“Para amenizar o problema das drogas e da violência nas escolas é essencial um trabalho de socialização de toda a comunidade escolar. O investimento na formação de professores e o comprometimento da escola em estabelecer laços de afetividade e confiança com os adolescentes é uma proposta que pode diminuir os fatores de risco ao uso de drogas”. (G1)

“Mostrar caminhos diferentes para o adolescente através de programas sociais, é uma das possibilidades entre outras, que a escola pode explorar para afastá-los das ruas e mantê-los integrados com a sociedade, a escola é um espaço destinado justamente à socialização, e tem por dever contribuir para a formação de hábitos saudáveis, incluindo a prevenção contra o uso de droga e a violência. A instituição de ensino deve agir como agente transformador, e muitas ações podem ser feitas com esse intuito”. (G2)

Pode-se perceber nas entrelinhas das falas das gestoras entrevistadas que a escola deve explorar e incentivar as abordagens preventivas no ambiente escolar como sendo a melhor maneira de lidar com o problema das drogas na escola. De acordo com Lima e Nassaro:

Programas sociais, esportivos, culturais e de lazer direcionados aos adolescente, por exemplos, desenvolvidos durante horários inversos ao que frequentam a escola, são excelentes instrumentos para evitar o contato deles com as drogas e com a violência, podendo ainda revelar inusitados valores artísticos e esportivos. (LIMA e NASSARO, 2011, p.82).

Os gestores devem ter a sensibilidade de perceber a importância do fundamento do diálogo na educação principalmente, para lidar com o problema do jovem e as drogas, pois o diálogo alimenta-se no amor, na humanidade, na esperança, na confiança. Por isso o diálogo comunica, e conquista, talvez possa ser um dos passos da prevenção.

Pra Moura (2013), a educação seria em tese um compromisso com a humanidade do homem, que implica uma responsabilidade histórica, não podendo realiza-se através de nenhuma forma de fuga do mundo, da realidade concreta, onde se encontram os homens. O compromisso próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade.

2) A Secretaria de Estado da educação capacita ou capacitou os gestores escolares para a prevenção ao uso de drogas na escola?

As gestoras participantes da pesquisa informaram que participaram no ano de 2014, de um curso de formação estruturado em cinco módulos com dezesseis unidades temáticas, perfazendo uma carga horária a total de 180h, os módulos I, II, III e IV tiveram duração de um mês para cada módulo, totalizando ao final uma carga horária de 150h.

O módulo V com carga horária de 60 teve como finalidade oferecer fundamentos teóricos metodológicos capazes de instrumentalizar os professores para além de atuarem na prevenção do uso de drogas, mobilizarem a rede interna e externa da escola no desenvolvimento de ações de prevenção ao uso de drogas, bem como subsidiar com referenciais teóricas um projeto de prevenção do uso de drogas no contexto da escolar.

Este curso teve como objetivo promover a formação de gestores e educadores da rede pública. Embora o curso não seja direcionado apenas para gestores, a proposta valoriza principalmente a participação dessa equipe, por entender que são esses atores que irão propor e implementar ações

direcionadas à prevenção do uso de drogas no contexto escolar. (BARSIL, 2012).

O referido curso é ofertado pela secretaria nacional de políticas sobre drogas (SENAD), do Ministério de Educação Básico (SEB), do Ministério da Educação (MEC), sendo, pois, a oferta deste curso parte integrante do programa “crack é possível vencer”, que prevê, entre outras ações ampla capacidade de profissionais das áreas da educação, saúde, assistência social, justiça e segurança pública, além de conselheiros, lideranças comunitárias e religiosas.

Compete aos profissionais capacitados desenvolver estratégias e projetos de prevenção ao uso de drogas no ambiente escolar articulados com outras políticas públicas, contando com o apoio de uma rede social fortalecida (MOURA, 2013).

4.2.3 A fala das mães

O pesquisador convidou as mães dos alunos do 2º ano B do Ensino Médio noturno da escola pesquisada, pelo fato de ter informações que nesta série muitos estudantes adolescentes são usuários de drogas. O convite foi feito via carta, entregue aos alunos, com local e hora agendados. O local foi na própria escola com anuência da direção. Mas, somente 4 (quatro) mães se dispuseram a participar. As mães participantes serão identificados como: M1, M2, M3 e M4.

1) Qual é a sua visão sobre o problema de drogas?

“A droga é uma desgraça... eu vejo isso lá em casa, mas não posso fazer nada... é o pai, o filho, e agora a filha. Um deles está aqui. Quando não é droga é bebida. Tenho vontade às vezes de sumir de casa.” (M1)

“Meu Deus! eu é que sei o que eu passo; até na delegacia fui buscar ele... não é somente droga, é roubo também.” (M3)

“Eu passo por tudo isso; ainda tenho um marido bêbado.” (M4)

“Pergunto sempre para o meu filho, mas ele nega... mas tenho desconfiança. Converso com ele. Onde a gente mora tem muitos conhecidos presos por tráfico de drogas e roubo para comprar drogas. Falo e rezo; peço a Deus que proteja ele; só tenho ele no mundo.” (M2)

As mães ficaram emocionadas e o pesquisador também, diante da fala da M3, a mais sofrida de todas elas. Diante do cenário discutido pelas mães, enfatiza-se que, no mundo todo, as drogas passaram a representar um dos problemas que mais preocupam a sociedade contemporânea.

Conforme ressalta Pazinato (2006, p.65), “o consumo de drogas chega ao século XXI não fazendo diferenças de gênero, idade ou classe social”, ou seja, trata-se de um fenômeno que não se restringe a grupos específicos.

Atualmente, a dependência é considerada um fenômeno que tem causas múltiplas, dentre elas características genéticas, fatores psicológicos como baixa autoestima, pressões de grupos sociais e fatores familiares como violência doméstica. Migott (2008) ressalta que:

Muitas variáveis (ambientais, biológicas, psicológicas e sociais) atuam simultaneamente para influenciar a tendência de qualquer pessoa vir a usar drogas e isto se deve à interação entre o agente (a droga), o sujeito (o indivíduo e a sociedade) e o meio (os contextos socioeconômico e cultural). (MIGOTT, 2008, p.71)

Muito se tem falado, debatido e transformado em lei, as ideias que visam dar dignidade à infância e à adolescência. Porém, nem de longe se pode aceitar que há na prática uma prioridade absoluta no que tange à atenção aos brasileiros com até 18 anos incompletos, como preveem os principais marcos normativos para essa parcela da população.

Em um país cujas disparidade entre ricos e pobres ainda continuam alarmantes, não é de se estranhar que não haja tanto interesse por parte do estado em pensar políticas para a infância e a adolescência que realmente atendam às suas reais necessidades, visto que para essa parcela da população segue implacável a focalização ou concentração das políticas sociais, exigência inexorável do ajuste neoliberal (SOUSA, 2013).

Os programas e ações de prevenção, atenção e reinserção social, se implementados, com atuação efetiva do Conad e dos poderes constituídos, incluindo o Poder Judiciário e o Ministério Público, servirão para extirpar os

inúmeros casos de infância e juventude perdidas, com os quais nos deparamos diariamente, judicial e extrajudicialmente.

Caracterizada ou não como ato infracional, a conduta descrita no artigo 28 da Lei sobre Drogas impõe-se invariavelmente à aplicação de medida de proteção para tratamento, orientação e apoio para que seja abandonado o uso de drogas.

Art. 28. Quem adquirir guardar tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

I- advertência sobre os efeitos das drogas

II- prestação de serviços à comunidade

III- medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

A disposição da conduta de posse de droga para consumo pessoal na Lei nº 11.343/06 no Capítulo III deixa manifesto o entendimento de que o artigo 28 continua sendo um crime, independentemente do que dispõe o art. 1º da Lei de introdução ao Código Penal, podendo-se por isto, até se falar em derrogação deste dispositivo.

Surge, assim, a possibilidade de se punir um crime apenas com penas alternativas, o que, aliás, é um reclamo de muitos críticos da legislação penal brasileira, que observam a falta de mais penas principais não privativas da liberdade.

A educação é uma das formas de combate ao uso de drogas, através de uma postura realista e principalmente baseada em informações obtidas em fontes seguras e confiáveis, juntamente com programas de prevenção. Com explicação, mas variáveis múltiplas que se associam em sua gênese e que e que devem ser entendidas em seus contextos e situações particulares. (CUNHA, 2001, p.66)

Já no tocante ao alcoolismo mencionado por uma das mães entrevistadas, ocorre em decorrência do consumo excessivo de bebida alcoólica ao longo do tempo, causando a dependência. Os fatores que podem

levar a dependência são de origem biológica, psicológica, sociocultural e ainda da interação entre os diversos fatores.

O álcool é a primeira droga mais usada entre os jovens no Brasil, e a segunda droga mais perigosa em termos do número de mortes que causa. Essas mortes são o resultado dos efeitos imediatos do álcool na alteração da percepção (especialmente no que diz respeito aos acidente de trânsito), e também dos efeitos físico causados pelo uso à longo prazo. O álcool altera o comportamento das pessoas mesmo quando consumido em pequenas quantidades. O tabaco não altera o comportamento imediato das pessoas em níveis significativos, mas é, sem dúvida, a drogas mais perigosa em relação à quantidade de mortes que causa em longo prazo. (GOMES, 2015, p.61)

Já o uso de drogas pelos pais podem levar o adolescente a um desempenho escolar insatisfatório, relacionamento deficitário com os pais, baixa autoestima, sintomas depressivos, ausência de normas e regras clara, tolerância do meio as frustrações, necessidade de novas experiências e emoções, baixo senso de responsabilidade, pouca religiosidade, antecedentes de eventos estressantes, uso precoce de álcool (SCIVOLETTO E ANDRADE 1990).

2) O que as Senhoras esperam da escola quanto à prevenção ao uso de drogas?

“Espero que a escola possa mostrar ao meu filho o perigo do caminho das drogas.” (M2)

“Eu vivo num tormento tão grande... que estou quase perdendo a fé em tudo, mas acredito que a escola pode ajudar sim.” (M3)

“A Escola pode ajudar sim... ele gosta de vir para a escola.” (M1)

“Hoje em dia é muito fácil de ter acesso às drogas. A escola precisa ajudar, mas é aqui que eles começam.” (M4)

A fala das mães entrevistadas demonstra que elas acreditam na escola e a vê como uma tábua de salvação. No entanto, a escola tem que mudar, precisa

reconquistar sua essência como lugar em que se vive e aprende, não apenas aonde se vai para aprender. Para realizar esse objetivo, a escola tem que ser lugar onde os alunos se sintam bem, não prefiram a rua e as drogas.

Diante do uso de drogas por seus jovens e filhos, a família apresenta reações muito diferentes. Sabe-se que a dependência química começa com o primeiro uso, por isso é necessário insistir na ideia de prevenção primária e secundária, e para que isso ocorra, a escola é precisa ser vista como ponto fundamental para a eficácia dessa ação. Fazendo-se necessário uma ação compartilhada entre família e escola (MOURA, 2014).

Em se tratando de educação preventiva, a escola tem que se preocupar com uma discussão mais ampla sobre a prevenção ao uso de drogas em seu espaço e fora dela. Discussão esta que traga à tona temas relacionados à vida de seus atores, neste caso os estudantes adolescentes.

Para o trabalho que propomos quanto à prevenção ao uso de drogas e apostando mais uma vez que a educação pode assumir esta causa, pensamos na escola como um espaço humanizado, onde o processo de aprendizagem e ensino seja um espaço de construção que vise atender as propostas delineadas nos Projetos Pedagógicos, suas filosofias de formar um cidadão consciente, capaz, digno para viver e conviver em sociedade. Para isso, é importante que as relações estabelecidas neste contexto sejam de compromisso acadêmico e com a vida, o que exige uma relação afetuosa. (FREIRE, 1999, p.159)

A educação preventiva visa estabelecer valores de forma consciente e planejada, desafio contemporâneo para pais e educadores que precisa ser assumido. Além disso, tal conduta levará crianças e jovens a adquirir noções significativas, como justiça, responsabilidade, autonomia, respeito a si e ao outro, influenciando na construção de uma sociedade melhor (MOURA, 2014).

Desta forma, ao se falar em prevenção ao abuso de drogas, deve-se pensar em uma forma de intervenção que parta da adoção de ações que primem pelo envolvimento da comunidade e também pela formação integral do educando. Esta formação deve partir de uma postura que busque a construção de uma cultura de hábitos saudáveis para a sua vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de descrever e evidenciar as ações de uma escola pública do Município de Fortaleza, no tocante à prevenção ao uso de drogas por estudantes adolescentes, deparei-me com muitas histórias verdadeiras narradas pelos participantes da pesquisa. Ao passo que aumentava minha curiosidade como docente, foram realizadas várias constatações. Essas constatações demonstraram os seguintes aspectos: A drogadição consiste num fenômeno complexo que resulta da combinação de três aspectos fundamentais: o sujeito, o produto (droga) e o contexto sociocultural.

Desta forma, foi preciso considerar os conceitos de drogas, uso indevido, dependência, os quais foram explicitados na dissertação, a fim de que se tenha o entendimento da concepção da drogadição na sociedade e por extensão na escola.

Considerou-se importante abordar neste estudo, a classificação quanto à origem naturais, semissintéticas e sintéticas, bem como os mecanismos de ação nos organismos depressoras, estimulantes e alucinógenas e principalmente a legalidade das consideradas lícitas e ilícitas.

Essa abordagem foi discutida à luz de um referencial teórico consistente, o qual permitiu ao pesquisador identificar as dificuldades encontradas para prevenção de drogas na escola pesquisada.

Verificou também no estudo, que a Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas (SPD), do Estado do Ceará, vem agindo mais especificamente no

desafio da intersetorialidade e da transversalidade entre as políticas públicas e o terceiro setor com vistas às iniciativas comunitárias para a promoção da cidadania.

O Centro de Referência, através da Coordenadoria Estadual Antidrogas, pretende estender ao maior número possível de cidadão cearenses as propostas e modelos para construções de políticas públicas municipais de prevenção ao uso indevido de drogas lícitas e ilícitas.

Assim, ao descrever as práticas educativas utilizadas em uma escola pública do Município de Fortaleza, referentes à prevenção ao uso de drogas por estudantes adolescentes, o pesquisador constatou que existe entre os profissionais de educação da referida escola boa vontade em implementar essas práticas, mas nem sempre é possível, devido à ausência das famílias desses adolescentes na escola.

O adolescente é extremamente vulnerável aos apelos oriundos do mundo das drogas, e a prevenção, através de palestras e dinâmicas pode contribuir para que o uso de drogas entre os adolescentes estudantes diminua.

O estudo também apontou que o uso indevido de drogas configura-se como uma das manifestações da questão social. Trata-se de um fenômeno complexo que demanda uma análise do contexto, do sujeito e do produto, da demanda e da oferta de uma mercadoria, pela sociedade.

No caso das drogas lícitas, como as bebidas alcoólicas, o seu consumo pelos adolescentes estudantes pode ser entendido como um ato social que expressa valores, normas e atitudes de cada cultura, existindo, em todas as sociedades, padrões institucionalizados de uso desta bebidas, bem como de motivos e oportunidades de escolha para o seu consumo.

A educação pode ser considerada o primeiro ato de prevenção, pois ela se configura como processo de construção de um indivíduo que formata sua subjetividade na relação com outros sujeitos e com meio. A escola, como espaço privilegiado desta construção, possui a responsabilidade social de trabalhar a prevenção para qualificar a vida coletiva e cidadã desses adolescentes.

Embora a família continue sendo a primeira instituição importante de educação e proteção da criança e adolescentes, a sociedade civil e o Estado, representados por diversas instituições, entre elas a escola, que tem papel

fundamental na formação de valores humanos e de oportunidades de exercício de cidadania.

Dentre as recomendações, o pesquisador entende que, para a prevenção ser compreendida como tarefa educativa, é necessário que esteja incluída como área de preocupação dos processos de formação inicial e continuada dos professores e, portanto, tenha sido discutida amplamente no âmbito dos formadores.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Carlos Jorge Fontenelle. **Educando para Paz: Novos Caminhos para Educação do Século XXI**. Dissertação de Mestrado. Universidad Politécnica y Artística del Paraguay. Ciudad del Este. PY, 2015.
- AKEI, Edson Henry, et al. **Drogas: prevenção e tratamento**. São Paulo, Editora Cia, 2002.
- AMARAL, Vera Lúcia do. **Psicologia da educação**. Natal, RN; EDUFRN. 2007.
- ANDRÉ, M.E.A. de. Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional. Ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.c
- ARIÉS, P. História Social da criança e da família. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar 1978.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1991.
- BASMAGE, Denise de Fátima do Amaral Teixeira. **A constituição do sujeito adolescente e a s apropriações da internet: Uma análise histórico-cultural**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010.
- Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares nacionais; introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.
- _____. “ **Lei n. 8.069, de julho de 1990**”, Estatuto da criança e do adolescente. São Paulo, Pyxis Editorial e Comunicação, 2002.
- _____. Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional. Secretaria Nacional Antidrogas. **Formação multiplicadores de Informações preventivas sobre drogas**. Universidade Federal de Santa Catarina (Org.) 2 ed. 2002.e
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília, 2003.
- CARLINI-COTRIM, B. **Movimentos e discursos contra as drogas nas sociedades ocidentais contemporâneas**. Revista da Associação Brasileira de Psiquiatria, 1995, n. 17, v.3, p.93-101.

CARLIN, Beatriz. **Cartilha para pais de adolescentes**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, SENAD, 2011.

CEARÁ, **Secretaria Especial de Políticos sobre Drogas**. www.spd.ce.gov.br/ (Acesso em 10 de Abril de 2017)

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciência Humanas e sociais** (8ª ed.). São Paulo: Cortez, 2006.

CUNHA, M.D. Subjetividade e constituição de professores. In: GONZÁLEZ REY, Fernando (Org.). Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 13. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FREITAG, Bárbara. **Educação, estado e sociedade**. 4. Ed. Ver. São Paulo: Moraes, 1980.

FREITAS, Luiz Alberto Pinheiro de. **Adolescência, família e drogas: a função paterna e a questão dos limites**. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não formal**. Sion: Institut International desDroits de 1° Enfant, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**. 4 a. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GOMES, Francisco Thiago Santiago. **O Programa de Prevenção Contra as Drogas e á Violência (Proerd) Compromisso com a Comunidade**. Dissertação de Mestrado. Universidade Pirotécnica Y Artística del Paraguay. Ciudad del Este .PY, 2015.

KNOBEL, M. A Síndrome da adolescência normal em A. Aberastury & M.Knobel **Adolescência Normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1977.

LEVI, G.; SCHMIDT, J.C. **História dos jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, v.1 e 2, 1996.

LIBÃNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 4 a. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUZURIAGA, L. **História da educação e da pedagogia**. 19 ed. São Paulo: Companhia editora nacional, 2001.

MACRAE, Edward. Antropologia; aspectos sociais, culturais e ritualísticos. In: SEIBEL, S. D.; TOSCANO JR, A. **Dependência de drogas**. São Paulo: Editora Atheneu, 2010.

MERRIAMsB. **Qualitative Research and Case Study Application in Education**. San Francisco: Ally and Bacon, 1998.

MIGOTT, Ana Maria Ballani. **Caderno de Saúde Pública**. V. 24. N. 3. Rio de Janeiro. Março 2008. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?scrip=sciastext&pid=S0102-311X2008000300027>.
Acesso em: 02 fev. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOURA, Pedro Henrique Enéias. **A percepção dos Educadores Sociais sobre o Projeto ABC Mondubim**. Dissertação de Mestrado. Universidad Politécnica y Artística del Paraguay. Ciudad Del aest. Py, 2014.

MOURA, Maria Maia. **Drogas, juventude e escola; estudo de caso sobre o curso de prevenção ao uso de drogas do programa “crak é possível para vencer” para educadores da Escola de Ensino Profissionalizante Joaquim Albano**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará – UECE Centro de Estudos Sociais Aplicados. Mestrado Acadêmico e, Políticas Públicas e Sociedade, Fortaleza, 2013.

NOSSA, R. **Drogas e drogadição no Brasil**. Editora Artes Médicas: Porto Alegre 2002.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas w Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. Curitiba: SEED – PR, 2010. (**Cadernos temáticos dos desafios educacionais contemporâneos**).

_____, SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA
Coordenadora Estadual Antidrogas Conselho Estadual Antidrogas.

Capacitação para Multiplicadores de Ações de Prevenção às Drogas, Curitiba, 2009.

PAZINATTO, Cesar, **Prevenção ao uso de drogas em escolas: um desafio possível?** Revista Direcional Escolas. 20. Ed. São Paulo: Exclusiva Publicações Ltda. Set.2006.

ROCHA, E. **Escolas, galeras e narcotráficos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

SANTOS, Rafael Guimarães. **Por uma abordagem multidisciplinar no estudo do consumo de psicoativos**. 2007.

Disponível em: <http://www.neip.inf/downloads/refael/abord.psic.pdf>. (Acesso em: 7 de abril de 2017).

SILVA. E Sinnott; SILVA, F. Amarante, Conceitos, diagnóstico e classificação. In: **Alcool, outras drogas, informação: o que cada profissional precisa saber**. (org) Bicca, C, Pulcherio, G e Silva, A. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

SOUSA, Francisco Waldilio da Silva. **Práticas Educativas para a Prevenção Primária ao uso de Drogas com Crianças e Adolescentes do Parque Eliane em Teresina-PI**. Dissertação de Mestrado em Educação Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2013.

SCIVOLETTO, S.; ANDRADE, E. R. **A cocaína e o adolescente**. Porto Alegre. Artes Médica Sul, 1990.

SPOSITO, Marília Pontes; CORROCHANO, Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2, 1997.

THIOLLENT, m. (Org). Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

TRILLA, Jaume. A educação não formal. Ins: ARANTES, Valéria Amorim (Org). **Educação formal e não formal**. São Paulo: Summus, 2008.

TRIVINOS, A.N.S. Introdução à pesquisa em ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

WALLON, Henri. **Psicologia e educação da infância** Lisboa: Editorial Estampa 1999.

WÂNIER, Ribeiro. **Drogas na escola**: prevenir educando. São Paulo: Ed. Annablume, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXOS

ANEXO I: CARTA-CONVITE AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Fortaleza, 10 de outubro de 2016.

Prezado(a) Srs. (as)

Solicita-se a sua colaboração no sentido de me conceder uma entrevista, em local e hora de preferência Srs. (as). A respectiva entrevista será utilizada como instrumento de análise da monografia do curso de psicologia com o tema: **“Práticas Educativas na Prevenção de Drogas na Escola: Caminhos a Percorrer entre Estudantes Adolescentes”**. Seus dados ou qualquer outra indicação que possa levar o seu reconhecimento serão mantidos em sigilo conforme o código de ética e a resolução que dispõe a pesquisa com seres humanos.

Desde já agradeço:

Lindemberg Ferreira Brito
(Estudante)

ANEXO II: TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____ RG _____, faço constar que fui esclarecido (a) a respeito do propósito da investigação, da qual aceitei participar, e que autorizo o acadêmico **Lindemberg Ferreira Brito** a utilizar as informações e opiniões emitidas na entrevista, com minha autorização para fins exclusivos de trabalho científico, publicação em revista, jornais ou livros, além de apresentação em eventos científicos, respeitando os códigos de ética vigentes para pesquisa no território nacional e com manutenção de sigilo de dados pessoais que possam levar à identificação de minha pessoa. Para que cumpra os efeitos legais, assino esta declaração.

Fortaleza, 10 de outubro de 2016.

ANEXO III: ENTREVISTAS

Entrevista com as gestoras

- 1) Na opinião das Senhoras, como a escola deve agir frente ao uso de drogas entre estudantes adolescente?

- 2) A Secretaria de Estado da Educação capacita ou capacitou os gestores escolares para a prevenção ao uso de drogas na escola?

Entrevista com os professores

- 1) Qual é a sua visão sobre o problema de drogas na adolescência?

- 2) Existe alguns programa de prevenção na escola onde o Senhor (a) leciona?

Entrevista com as mães

- 1) Qual é a visão das Senhoras sobre o problema das drogas?

- 2) O que as Senhoras esperam da escola quanto á prevenção ao uso de drogas?

ANEXO IV: DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e efeitos que a monografia sob o título: **“Práticas Educativas na Prevenção de Drogas na Escola: Caminhos a Percorrer entre Estudantes Adolescentes”**, para a obtenção do título de bacharel em psicologia é um trabalho original e que todas as minhas citações estão corretamente identificadas. Tendo consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar. Declaro ainda que respeitei todos os requisitos dos direitos autorais dos autores citados nesta monografia.

Lindemberg Ferreira Brito

Fortaleza, 01 de Junho de 2017.

